

O MENTOR DO GOLPE



Na última sexta-feira, 15, Alexandre de Moraes, ministro do STF, retirou sigilo dos depoimentos do ex-presidente Jair Bolsonaro, hoje inelegível, de Braga Netto e ministros em inquérito da PF sobre tentativa de golpe de Estado. Os documentos indicam que o "mito" agiu como o mentor da trama contra a democracia, numa série de atos criminosos previstos pela legislação brasileira

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 19 de Março de 2024 N° 133

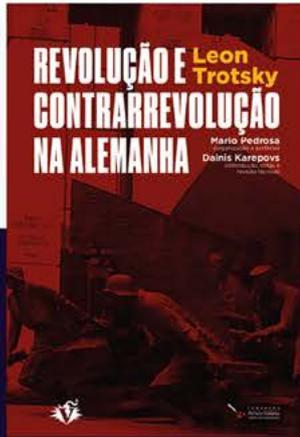
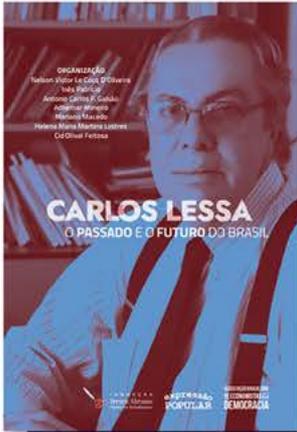
Maria do Rosário fala sobre eleições em Porto Alegre

Governo anuncia inauguração de 100 Institutos Federais

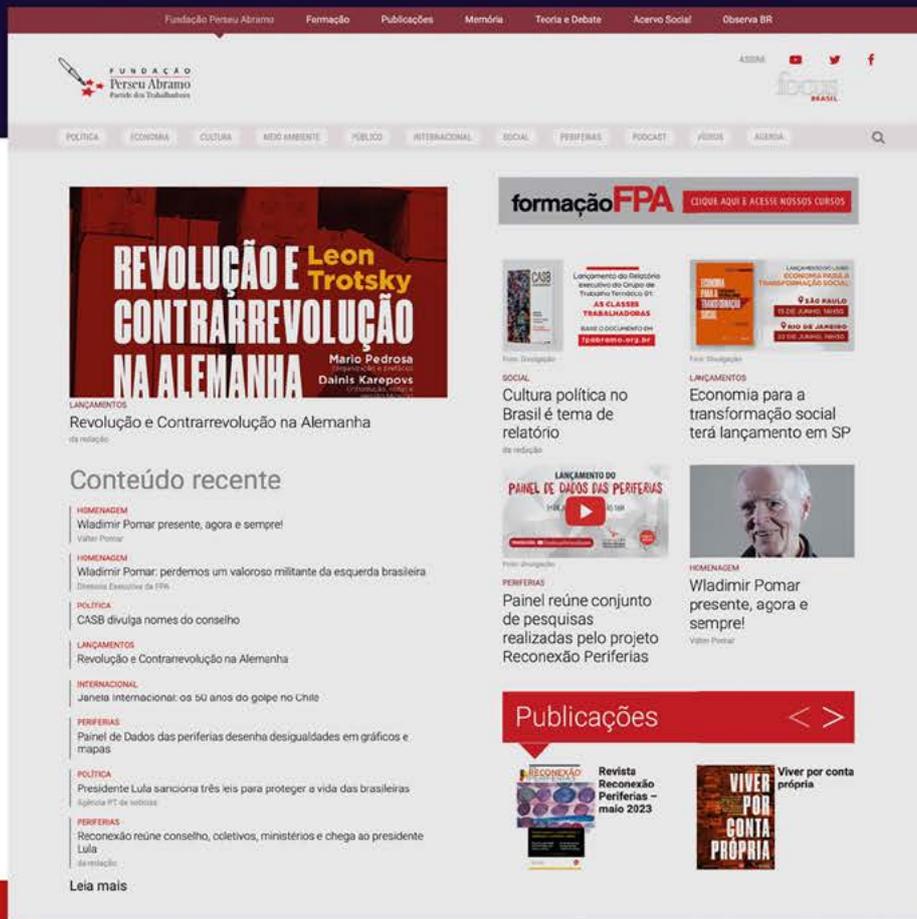
Insegurança alimentar: pesquisa aponta queda de 30%

Internacional: o avanço da extrema-direita

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA



■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



www.fpabramo.org.br



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)

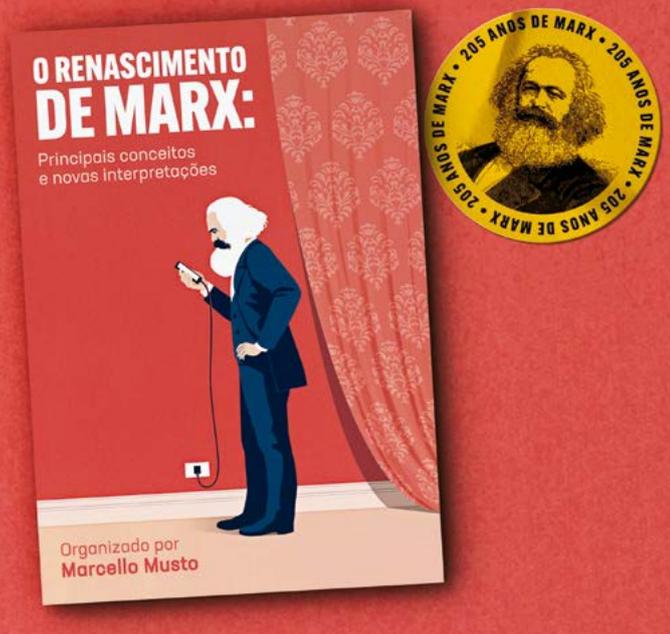


FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O RENASCIMENTO DE MARX

ORGANIZADO POR MARCELLO MUSTO

adquira seu exemplar em: autonomialiteraria.com.br



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Edição: Guto Alves

Diagramação: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Isaías Dalle



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS



POR UM FIO

Prestes a completar 60 anos desde o golpe de 1964, que derrubou o governo de João Goulart e deu início à ditadura militar que torturou, censurou, assassinou e terminou em anistia, o Brasil assiste o desenrolar de outra tentativa de golpe de Estado. Segundo depoimentos revelados após quebra de sigilo, o roteiro já estava pronto e tudo aponta - inclusive seus comparsas - a um mentor e zelador da trama: o ex-presidente Jair Bolsonaro, que finge nada estar acontecendo.

Página 06

CARTA AO LEITOR - A comunicação na era da pós verdade

Página 05

ENTREVISTA - Maria do Rosário fala sobre eleições e trajetória

Página 10

FOME - Insegurança alimentar cai 30%, diz pesquisa

Página 16

EDUCAÇÃO - Lula anuncia 100 novos Institutos Federais

Página 18

MORADIA - Vendas do MCMV batem recorde

Página 20

ARTIGO - Odair Cunha escreve sobre a isenção no Imposto de Renda

Página 22

ELEIÇÕES - O modo petista de governar na formação de dirigentes

Página 25

NOVA PRIMAVERA - Jornada de formação de olho na base e nos territórios

Página 27

APOIO - Secretaria Nacional

das Mulheres se solidariza à Gleisi Hoffmann por ataque em Natal

Página 28

100 ANOS - Há um século, nascia Abdias do Nascimento

Página 30

ONU - Benedita da Silva discursa em defesa das mulheres trabalhadoras

Página 33

INTERNACIONAL - Os movimentos da extrema-direita na Europa

Página 34



A COMUNICAÇÃO NA ERA DA PÓS VERDADE

Alberto Cantalice

O advento das redes sociais, das plataformas e dos meios de mensagem colocam a capacidade de comunicação dos agentes políticos cada dia mais em xeque. Sem uma fórmula mágica, “um gambito da rainha”, vê-se dia após dia o ascenso das fakes news. O paraíso da distopia, a formação de bolhas segmentadas quase intransponíveis.

O componente do fundamentalismo de caráter religioso e sua disseminação via WhatsApp, atacando as pautas progressistas e advogando um conservadorismo ultrapassado, tem ajudado a criar esse cenário distópico. Isto é, fora da realidade da vida concreta.

O uso massivo dessas ferramentas teve sua entrada principal quando da disputa do *Brexit*. Na Grã-Bretanha e depois na surpreendente vitória do ultradireitista Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos em 2016. De lá para cá veio a proliferação da inteligência artificial. Hoje em dia textos jornalísticos, artigos e postagens fazem o mau uso da IA.

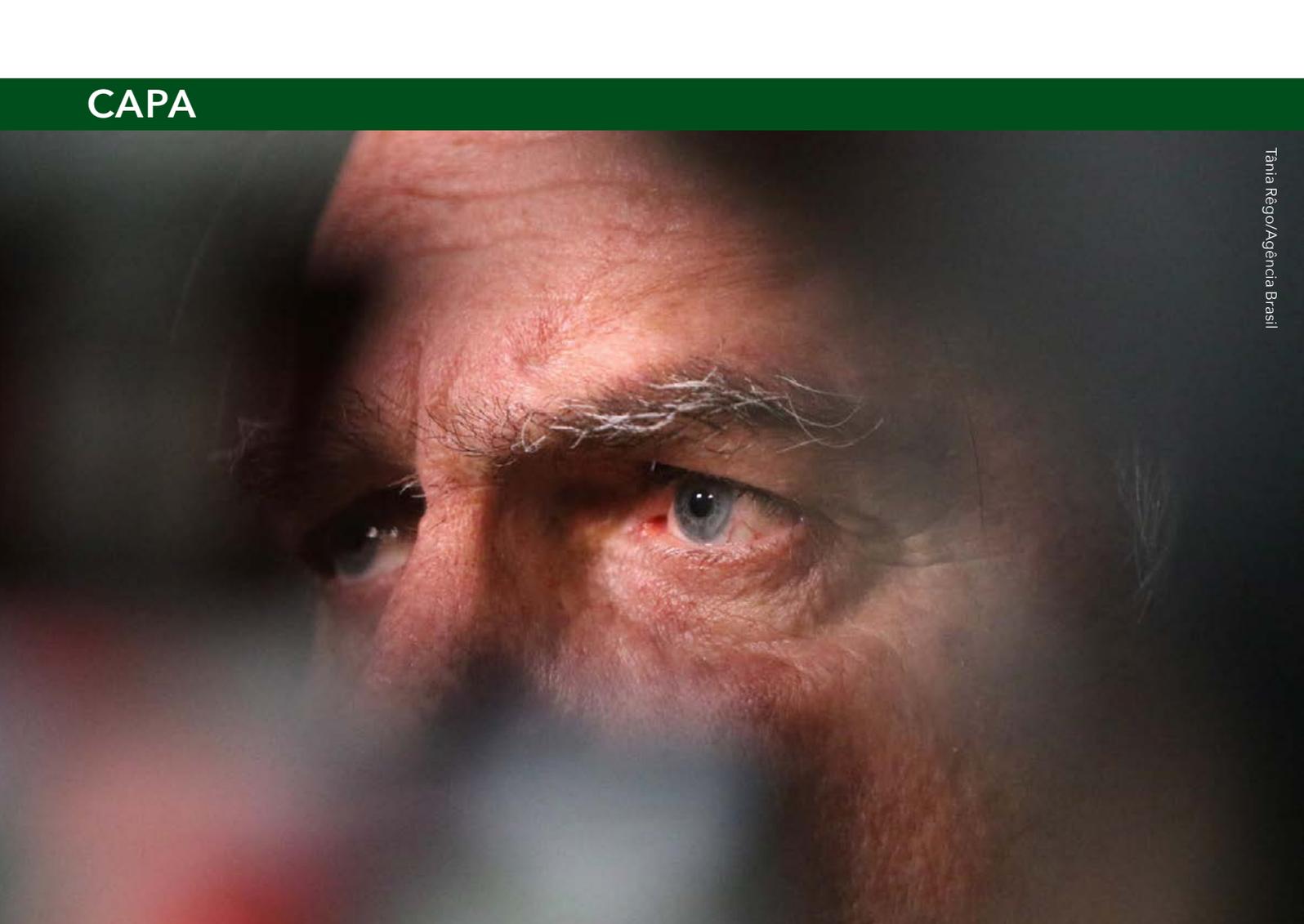
Criou-se até um modificador de vozes que pode produzir danos irreparáveis em uma disputa eleitoral. Tudo isso vêm ocorrendo ao arrepio de uma legislação internacional permissiva. O direito inalienável de expressão é consagrado mundialmente. Não é o caso de se permitir que se crie factóides, se minta, ou se propague o racismo, o sexismo, a xenofobia e a misoginia.

Não existe no mundo real o direito à mentira.

A fratura que está ocorrendo nas sociedades não é culpa da ciência. A ciência é o que de mais importante pode haver em uma sociedade. O que não pode permitir é o mau uso das conquistas científicas e seu uso deletério contra a organização e a vida na coletividade.

É preciso uma concertação internacional para que se regule as plataformas, se controle o fluxo de notícias falsas e se tribute. As plataformas estão ganhando rios de dinheiro com suas invenções. É fundamental que o Estado é participe desses ganhos.

Final, ao fim e ao cabo e o Estado nacional que responde por seus povos.

A close-up, high-contrast photograph of Jair Bolsonaro's face, focusing on his eyes and forehead. The lighting is dramatic, with deep shadows and bright highlights, giving it a serious and intense appearance.

CANDIDATO À CADEIA: BOLSONARO É CITADO EM DEPOIMENTOS DE MILITARES

Diferentes depoimentos prestados à Polícia Federal (PF) confirmam a existência de uma trama golpista no alto escalão do governo passado, e ao menos dois, dos ex-comandantes do Exército, Marco Antonio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos Almeida Baptista Júnior, colocam o ex-presidente Jair Bolsonaro no centro das conspirações

Bolsonaro está irremediavelmente ligado à trama golpista que pretendia romper o ciclo democrático brasileiro, desrespeitar a decisão das urnas que elegeu Lula presidente e estabelecer um regime de vingança, movido por seu caráter amedrontado, persecutório e avesso ao trabalho sério e árduo.

A esta altura, a opinião pública já sabe disso, embora alguns teimem em criar teses fantasiosas para justificar a tentativa de golpe de Estado que o ex-presidente imaginou.

Na última sexta-feira, Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal, divulgou termos de depoimentos que fazem parte da investigação da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe. Com bastante nitidez, os documentos colocam Bolsonaro como o mentor da trama contra a democracia, numa série de atos criminosos previstos pela legislação brasileira.

Dois desses depoimentos são cruciais, por terem sido prestados por comandantes das Forças Armadas que alegam ter se recusado a aderir ao golpe em gestação e alertado o ex-presidente da ilegalidade do plano. Os depoimentos relatam episódios situados entre novembro e dezembro de 2022, quando as urnas já haviam consagrado Lula como novo presidente do Brasil.

Naquele momento, Bolsonaro estava assustado, conforme relatou o então comandante da Aeronáutica, Carlos Almeida Baptista Jr em depoimento, cuja versão escrita pela Polícia Federal passou a circular no último dia 15. Outro comandante a ratificar a séria acusação de que o ex-presidente não só queria o golpe, mas coordenou pessoalmente a confecção da minuta do golpe e pressionou militares e ministros

a aderir e apoiar, foi Marco Antonio Freire Gomes, que à época comandava o Exército.

No depoimento de Freire Gomes, um toque dramático, com tons humilhantes para Bolsonaro: o então comandante das forças terrestres disse que prenderia o chefe, já derrotado nas urnas, caso insistisse na marcha do golpe de Estado.

FIO DA MEADA

A chamada minuta do golpe, encontrada, ano passado, no celular do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, foi o fio da meada para que os depoimentos divulgados por Moraes pudessem ser colhidos com método investigativo, que inclui uma linha do tempo - bastante presente nos documentos da PF - de reuniões entre os depoentes, o ex-presidente e alguns dos cúmplices de Bolsonaro, que a partir de agora também sentem o cheiro de batata assando.

Os depoimentos citam os envolvidos e o conteúdo das conversas, em reuniões mantidas no gabinete do ex-presidente, em

sua residência oficial e até em ocasiões inusitadas, como a formatura no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos (SP). No dia 16 de dezembro de 2022, Baptista Júnior, que acompanhava a cerimônia, foi abordado pelo então chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) de Bolsonaro, o general Augusto Heleno, que o teria cobrado a aderir à minuta do golpe e às medidas que se seguiriam, todas com o objetivo de barrar a posse de Lula e instaurar um estado de exceção.

Instrumentos como a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que atribui amplo poder de polícia às forças armadas, e o Estado de Defesa, que permite a interdição dos outros poderes da República, foram aventados por Bolsonaro e seus asseclas. Os depoimentos dos ex-comandantes da Aeronáutica e do Exército corroboram essa versão e colocam na cena, nominalmente, personagens que apoiavam a tentativa de golpe e tentaram ajudar Bolsonaro a colocar em prática seus planos de soldado cabeça-de-papel.

Além de Heleno, o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, o ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, o ex-ad-



RECUOU - Freire Gomes, ex-comandante do Exército, disse ter ameaçado o chefe de prisão caso insistisse com a ideia do golpe



vogado geral da União, Bruno Bianco, e o general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, são citados como apoiadores diretos e articuladores da tentativa de golpe. Em diferentes graus de atuação, todos pressionaram os que se opunham à aventura.

DESFAÇATEZ

Nogueira, assim como Heleno e Braga Netto, usaram suas patentes e seus cargos políticos para ameaçar demais comandantes que se opusessem ao golpe. A pressão se deu de forma direta, durante reuniões, e por intermédio de ações nas redes sociais, fomentadas por eles, para expor, constranger e colocar em risco figuras como Baptista Jr, chamado de “melancia” (verde por fora, vermelho por dentro) e “traidor” por legiões de internautas movidos pela sanha golpista.

Um dos elementos da trama foi a insistência do ex-presidente na tese de que as urnas eletrônicas não eram confiáveis, suscetíveis a fraudes. Não havia materialidade na suspeita: testes das urnas, feitos inclusive sob supervisão de represen-

OS GOLPISTAS ESTAVAM CONVICTOS DE QUE O ROMPIMENTO DEMOCRÁTICO PROVOCARIA COMOÇÃO POPULAR

tes das Forças Armadas, resultaram em relatórios que atestavam sua eficácia e solidez. Mesmo o Instituto Voto Legal, contratado pelo PL de Valdemar Costa Neto para tentar conspurcar o sistema, acabou por frustrar os golpistas.

Baseados nesses resultados, os ex-comandantes Baptista Jr e Freire Gomes, em encontros com Bolsonaro, defenderam a lisura das eleições.

Chama a atenção a desenvoltura demonstrada pelo comando do golpe. Seus integrantes falavam de forma explícita, aparentemente sem considerar a hipótese de que seus atos pudessem, no futuro próximo, ser conhecidos do público. Arrogância, por acreditarem que Lula e seus eleitores pudessem ser roubados com facilidade, é uma explicação possível para tal atitude.

Os golpistas certamente estavam convictos de o rompimento da ordem democrática provocaria comoção popular, a partir dos acampamentos dos autointitulados patriotas espalhados pelo país, caos e - bem ao estilo e indisfarçável prazer sádico de Bolsonaro - violência generalizada. Redentores, entrariam em campo (as quatro linhas?) para resgatar o Brasil.

De todo o modo, Bolsonaro, paraquedista em seus primeiros anos de Exército, antes de ser desligado por tramar ataques a bomba em equipamentos públicos no Rio de Janeiro, na década

de 1990, novamente deu mostras de seu perfil Brancaleone, ridículo, mas perigoso, personagem da comédia dirigida pelo cineasta Mario Monicelli, em 1966.

Reprodução



CERCO E PRISÃO

Mais do que nunca, a partir das recentes revelações, Bolsonaro está muito próximo da prisão. Inelegível, é candidato à cela. Na última sexta-feira, o ex-presidente, sem os cercadinhos de que dispunha quando no poder, recorreu ao portal Metrôpoles, para afirmar que não cometeu crime ao estudar um plano de golpe e tentar obter apoio armado para colocá-lo em execução.

Tentando preservar os fios de liberdade de que dispõe, o ex-presidente, tão pronto a clamar por cadeia para qualquer pessoa que não seja seu fã, correu para a Região dos Lagos, no Rio, para encontrar legiões de apoiadores. Em Maricá, cidade governada pelo PT desde 2009, foi recebido com entusiasmo por um grupo vestido de verde-amarelo. No município, Bolsonaro teve mais votos que Lula na eleição de 2022. O ex-prefeito da cidade e atual deputado federal, Washington Quaquá (PT), minimizou o ato político: “700 pessoas”, disse, nas redes sociais.

A prisão de Bolsonaro, para a qual existem evidências sólidas e processo “maduro”, na opinião do advogado criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, vai continuar exigindo perícia política, mesmo que seja, em grande parte, uma operação policial e jurídica. Kakay, em entrevista à CartaCapital, afirmou ser necessário que o rito legal, incluindo direito à defesa, seja seguido.

Kakay não o disse, mas existe o

TEMPUS VERITATIS - 27 pessoas já foram intimadas pela PF para depor sobre a tentativa de golpe, 14 ficaram em silêncio

risco de que a constante postura de vítima adotada por Bolsonaro – justo ele, que tanto ridicularizou o que chama “vitimização” de grupos vulneráveis – e suas candidadas declarações de inocência possam mobilizar adeptos renitentes. Muito provavelmente, se ocorrer, isso não terá força para reverter o processo, mas pode embaralhar um pouco mais o cenário político e as disputas municipais deste ano. O figurino de mártir da extrema-direita lhe cairia bem.

MÍDIA

Por enquanto, a condução do processo vem se dando de forma diferente do que a turma da Lava-Jato, Sérgio Moro à frente, ofereceu como espetáculo midiático na perseguição a Lula.

A decisão de Alexandre de Moraes, ao abrir os termos dos depoimentos, conferiu maior igualdade de armas à cobertura jornalística. Em lugar de vazar informações selecionadas a dedo para veículos parceiros, como Moro fazia, por exemplo, com a hoje anêmica revista Veja, Moraes inocula dose de transparência ao processo, o que dá ao magistrado e ao próprio STF, ao mes-

mo tempo, a possibilidade de avaliar a temperatura da opinião pública.

Restam as redes sociais, até o momento à margem de qualquer controle eficaz, a despeito dos esforços feitos pelo Judiciário na esfera eleitoral. Usadas à exaustão como ferramenta de política e (falta) de gestão pelo então presidente Bolsonaro, a máquina de desinformação foi arma também às vésperas do golpe pretendido pelos conspiradores, cujos expoentes preferiram se calar diante da Polícia Federal.

Enquanto isso, dormita no Congresso Nacional o projeto de lei 2630/2020, que pretende regular plataformas digitais no Brasil, a exemplo do que já ocorre na Europa, cujas experiências servem de base aos debates que o relator Orlando Silva (PCdoB-SP), deputado federal, tem mantido em busca da aprovação do PL.

Uma das propostas do projeto é instituir um monitoramento permanente de riscos sistêmicos à democracia. Esse instrumento seria coordenado por representantes de diferentes grupos, incluindo as grandes plataformas. “Mas é preciso pressão popular para votarmos e aprovarmos o projeto”, tem insistido o deputado.

“AS ELEIÇÕES DE 2024 TÊM COMO PANO DE FUNDO A DEFESA DA DEMOCRACIA E A SUPERAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DO FASCISMO”

Pré-candidata do PT à prefeitura de Porto Alegre, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) reconhece os desafios da disputa política em tempos de guerra digital. Vítima constante de ataques nas redes sociais, a parlamentar segue com altivez a missão de ser uma mulher atuante num ambiente tão masculino como é o Congresso brasileiro. Com essa força, se lança ao desejo de ser prefeita da capital gaúcha, o segundo maior município do Sul do Brasil. A cidade já contou com quatro mandatos petistas em governos anteriores.

Fernanda Otero

No quarto mandato consecutivo representando o Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, Maria do Rosário é autora de importantes iniciativas - dentre elas, o projeto que virou lei e define o protocolo “Não é Não” para prevenir o constrangimento e a violência contra a mulher em ambientes que comercializam bebidas alcoólicas. Filiada ao Partido dos Trabalha-

dores há 30 anos, foi vereadora, deputada estadual, secretária de Direitos Humanos da Presidência da República e, atualmente, é a única mulher a ocupar uma cadeira na Mesa Diretora da Câmara Federal.

“Procuo combinar militância partidária com trabalho parlamentar, tendo tido a honra de ser ministra no governo da presidenta Dilma e coordenar políticas públicas significativas para a vida do povo brasileiro”, con-

ta a política gaúcha. “Passei por diferentes espaços, tanto no Legislativo, quanto no Executivo, sempre com espírito militante. Sou pedagoga, mestre em Educação e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Hoje sou a única mulher na mesa diretora da Câmara dos Deputados representando a esquerda, o nosso partido e a Frente Brasil da Esperança”.

Com aproximadamente 1,5



milhão de habitantes, Porto Alegre é a 10ª cidade mais populosa do Brasil. Em entrevista à Focus, a deputada Maria do Rosário explica que busca soluções para a governança de uma das principais cidades brasileiras por meio de uma política de construção de alianças. Confira a íntegra da entrevista:

- Como a senhora se apresenta àqueles que não a conhecem?

- Eu sou Maria do Rosário, professora, mãe da Maria Laura e militante da luta política que construiu toda a sua trajetória em Porto Alegre, a partir da atuação como professora e estudante. Isso me configurou como alguém que ocupou diferentes lugares na vida política, mas o lugar que considero mais importante é o de ser uma militante das causas que carrega-

mos no PT e na esquerda, causas generosas de transformação, de vida digna e de justiça. Tenho 57 anos, vivenciei todo o período final da ditadura militar como militante secundarista, depois universitária, mas principalmente no nosso sindicato, o Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Rio Grande do Sul. Fui eleita aos 25 anos vereadora de Porto Alegre, ingressei no PT há 30 anos e faço parte da direção nacional. Já passei por diferentes missões no partido, sou secretária nacional de Formação e Educação Política do PT, do projeto Nova Primavera, essa proposta de educação popular que o PT retomou recentemente com a Escola Nacional.

Procuro combinar militância partidária com trabalho parlamentar e a dimensão da educação e da defesa dos direitos

humanos e das mulheres, tendo tido a honra de ser ministra no governo da presidenta Dilma e coordenar políticas públicas significativas para a vida do povo brasileiro. Passei por diferentes espaços, legislativo e executivo, sempre com espírito militante. Sou pedagoga, mestre em Educação e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e hoje sou a única mulher na mesa diretora da Câmara dos Deputados representando a esquerda, o nosso partido e a Frente Brasil da Esperança.

Crescendo no Rio Grande do Sul, e em Porto Alegre de um modo especial, toda matriz que a gente carrega é também uma matriz trabalhista, brizolista. Eu vi sempre a minha mãe com essa referência do Brizola, do trabalho, como algo de resistên-

cia. Até porque a cidade de Porto Alegre é muito vinculada à trajetória da legalidade com o Brizola e a retomada da democracia e a construção da democracia participativa com Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont, assim, existem esses dois momentos democráticos. Eu acho que eu sou fruto de uma época. Politicamente, eticamente, eu creio que eu carrego isso da minha mãe, da minha família. Mas as minhas referências políticas não estão no ambiente familiar, mas estão naqueles e naquelas que lutaram contra a ditadura. Porque a minha geração, ainda adolescente, olhava para esses lutadores e lutadoras que voltavam do exílio, seja de um lado aqui no Rio Grande do Sul, para o próprio Brizola, para o Raul Pont, para o Tarso, e no plano nacional, por exemplo, o José Dirceu, todas essas referências; a presença da Dilma na política, que estava muito vinculada aqui também ao nosso Rio Grande do Sul, entendo que a minha referência de política não é familiar. É de uma era onde os nossos líderes lutaram contra a ditadura e nos legaram à democracia. E mais do que isto, construíram em Porto Alegre a democracia participativa e a partir de Porto Alegre, principalmente, de outras cidades também, mas sobretudo de Porto Alegre, é reconhecido o modo petista de governar com democracia participativa.

- Deputada, o seu campo de atuação é tão vasto que impressiona. Como apresentar ao eleitorado sua capacidade como parlamentar e preparo para o executivo?

-Eu acredito que as eleições de 2024 têm como pano de fundo a defesa da democracia e a superação política, cultural, do fascismo e da destruição econômica do Estado, promovida pelo neoliberalismo. Especial-

mente no último período, que foi um período de trevas para o Brasil em todos os sentidos, de destruição cultural e fomento ao ódio. O pano de fundo das eleições continuará sendo Lula, com sua visão humanista de mundo, inclusiva na economia e democrática na política, em contraposição à dimensão do ódio, do negacionismo científico e da destruição do Brasil, bem como

**MINHAS
REFERÊNCIAS
POLÍTICAS
NÃO ESTÃO
NO AMBIENTE
FAMILIAR. ESTÃO
NAQUELES E
NAQUELAS QUE
LUTARAM CONTRA
A DITADURA, QUE
VOLTAVAM DO
EXÍLIO**

da subjetividade das pessoas, causada pela figura inominável e agora inelegível que tristemente ocupou a presidência da república por algum tempo.

No caso de Porto Alegre, a cidade perdeu qualidade de vida ao longo dos anos e é preciso recuperar o sentido do direito à qualidade de vida. É importante ressaltar que essa cidade, que

já teve o melhor transporte coletivo do Brasil, agora enfrenta a privatização da Carris, a empresa pública de transporte realizada pelo atual prefeito, como um profundo desrespeito e um retrocesso na qualidade do transporte coletivo. É preciso mostrar que as políticas do governo Lula, que visam superar a fome, a miséria e garantir direitos que priorizam atender às necessidades mais urgentes das pessoas, e aqui eu destaco, principalmente as mulheres, que diariamente se preocupam com o que vão colocar na mesa, o que cozinhar, o que oferecer aos filhos e o que está faltando. O governo Lula transforma essas preocupações em políticas públicas, buscando novamente erradicar a fome no Brasil, retirar o Brasil do mapa da fome novamente e garantir igualdade salarial e empregabilidade entre homens e mulheres. Nós, que somos candidatas a prefeitas, as mulheres e os homens do PT que estão apresentando seus nomes, especialmente eu em Porto Alegre, temos que traduzir esses ideais em políticas públicas concretas para o município.

A nossa maior contribuição ao projeto do presidente Lula não se resume apenas em declarar que contamos com o seu apoio, mas sim em apresentar um programa concreto em cada cidade, baseado nos mesmos princípios que estamos utilizando para governar o Brasil: desenvolvimento para justiça social, igualdade, superação da pobreza e respeito a todas as pessoas, focando especialmente, no momento atual, em sustentabilidade. Desde o tema da moradia até questões urbanas e desenvolvimento de uma maneira geral, é crucial agregar renda, tecnologia e sustentabilidade, visando a qualidade de vida e enfrentando o aquecimento global, que afeta diretamente Porto Alegre, localizada em uma



região impactada por esse fenômeno.

- Pesquisas apontam que, além do transporte, saneamento é um problema grande para as áreas mais vulneráveis do município. Como você aborda a questão na preparação do programa de governo?

- No que diz respeito ao saneamento básico, é um elemento essencial que, para nós, está articulado na regularização fundiária do direito à cidade, de um modo geral, e à própria saúde. Porto Alegre tem mais de 100 áreas da cidade que são áreas de risco, onde as pessoas vivem às margens de arroios, em locais vulneráveis a deslizamentos e, sobretudo, em áreas alagadiças. No entanto, a gestão atual, que já vem há 20 anos destruindo serviços públicos em Porto Alegre com a lógica de privatizações, nós tivemos o desmonte do DEP (Departamento de Esgotos Pluviais) e a redução dos investimentos nessa área é preocupante na cidade. Cada vez mais, mais áreas ficam alagadas diante das chuvas, porque há um assoreamento dos canais e riachos, por onde, naturalmente, a água es-

coaria até o Rio Guaíba. Mas há também um acúmulo de lixo, um acúmulo de sujeira mesmo que não é coletada, que não é tratada, que não é adequadamente recolhida pela administração municipal. Circulou na última semana em um grande jornal local a manchete que a entrada da cidade tem como “cartão de visita” o lixo deixado nas ruas. É claro que isso é gravíssimo. Esses problemas se agravam durante períodos de chuva intensa, impactando a dengue e contribuindo para o assoreamento, gerando um impacto negativo no escoamento pluvial e na qualidade da água.

Após pesquisar, constatei que cidades gaúchas como Canoas e outras localidades do Brasil já possuem secretarias ou órgãos específicos para a proteção ambiental, desempenhando tanto o trabalho preventivo quanto o de defesa civil, inclusive com a participação direta da população. O que observo em Porto Alegre é um jogo de empurra. Hoje, falta luz dia sim, dia não, e muitas vezes, todos os dias, na cidade de Porto Alegre, em alguns bairros. A propaganda nos meios de comunicação informa diariamente

quais bairros ficarão sem luz em determinado dia. Enfrentamos, portanto, problemas na prestação desse serviço essencial devido à ineficiência das empresas, que antes eram públicas e que, após serem privatizadas, desmantelaram o serviço prestado ao cliente.

A atual administração municipal de Porto Alegre almeja seguir o mesmo caminho. A prefeitura, que apoiou a privatização da energia elétrica, agora deseja privatizar o Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), algo que não podemos permitir. Com 60 anos de serviços prestados, o DMAE foi um ponto de destaque durante a gestão do PT e da Frente Popular na cidade. Porto Alegre garantia mais de 99% de água potável nas torneiras, refletindo um acesso universal. Ao longo dessas últimas duas décadas, esse índice tem diminuído. E por que essa porcentagem não chegava a 100%? Sempre enfatizamos que o 1% que faltava era devido à existência de áreas de risco, nas quais tínhamos projetos para realocar as pessoas em áreas urbanas mais seguras, sem representar riscos para suas vidas e de suas famílias. Portan-

to, nosso objetivo não era alcançar 100% nesse sentido, pois 1% precisava ser realocado na cidade, removendo-os das áreas de risco.

Estamos percorrendo todos os bairros, todos os lugares, conversando com as pessoas. Seja no armazém da esquina, no café, na lancheria do parque, no Bonfim, na Zona Norte, em Sarandi, ou nas igrejas, independentemente da denominação religiosa, porque respeitamos todas. Dessa forma, nessa cidade tão diversificada, estamos formando pequenos e grandes grupos para discutir como deverá ser a Porto Alegre do futuro, tanto do amanhã, que é 2025 quanto para os próximos anos. Estamos empenhados em construir um programa participativo.

- Temos testemunhado eleições cada vez mais violentas no ambiente digital e a senhora, infelizmente, é uma das vítimas mais atingidas por essa violência política. Neste ano, com Inteligência Artificial, deve piorar o cenário. Como se preparar e se proteger?

- Ao longo de toda minha trajetória política, após passar por momentos de ataques e desrespeito, não só dirigidos a mim, mas também às mulheres que agora estão mais presentes na política nacional, tenho sido motivada por dois objetivos. O primeiro é desempenhar um bom trabalho e servir ao Brasil, a Porto Alegre, buscando proporcionar uma vida melhor para as pessoas. Acredito sinceramente que a política é um ato de serviço, de se colocar à disposição para defender aquilo que melhora a vida das pessoas. Esse é o meu primeiro objetivo. E para isso, necessita-se da segunda característica. Para nós, mulheres e para mim em particular, ser candidata é um ato de coragem.

É importante não se dobrar àqueles que desejam estigmatizar, diminuir nossa capacidade, criar estereótipos e dizer sobre nós, o que nós não somos. Em cada eleição e em cada passo que busquei dar na política, sempre contei com a gratidão da população. Sendo vitoriosa nas eleições e integrando atualmente a mesa diretora da Câmara dos Deputados, encontro-me em

TEMOS UMA FRETE POLÍTICA CONSOLIDADA, NÃO SÓ DE PARTIDOS, MAS DE MULHERES, QUE CONTINUA CRESCENDO

um momento político no qual aqueles que foram meus detratores, bem como detratores de todas nós mulheres, estão um a um sendo derrotados, por nós e pelo Brasil.

Vivencio este momento como um momento de coragem e afirmação para todas as mulheres. Embora seja verdade que sofremos violência política, é impor-

tante destacar que não somente nós, mas muitas mulheres em seu cotidiano enfrentam, ou enfrentaram, alguma forma de violência, sofrem silenciamento de suas competências, de seu brilho, de sua própria existência. Decidi declarar ao mundo que não seremos silenciadas, que somos suficientemente corajosas para afirmar nossa competência. A mesma competência que acredito ter demonstrado em meu trabalho parlamentar, com a confiança daqueles que me elegeram, pretendo mostrar colocando as mãos na massa em cada comunidade da cidade.

Uma coisa que as pessoas podem esperar de mim é que esteja presente na vida da cidade, conversando com elas para transformar essas conversas em políticas públicas para todas as pessoas, em uma cidade para todos aqueles que nela vivem. E há algo que me inspira mais do que tudo. Em 2008, quando fui candidata a prefeita, participei de debates nos quais, de um lado, conversava com Luciana Genro e do outro com Manuela D'Ávila. Hoje, nesta eleição, caminho de mãos dadas com o apoio de Luciana Genro, de Manuela D'Ávila e de todas as mulheres dos partidos: PT, PCdoB, PV, Rede e PSOL. Temos uma frente consolidada que continua crescendo. Essa frente, como diz a presidenta Gleisi, é uma frente que não só engloba os partidos, mas é das mulheres de todas as etnias, das mulheres negras, das mulheres dos bairros, das mulheres intelectuais e daquelas que trabalham como empregadas domésticas nos serviços gerais. Essa frente não é apenas das mulheres, é de todas as pessoas. Aqueles que desejam uma cidade mais humana, desenvolvida, estão juntos conosco.

Esse cenário me anima muito, pois caminhar ao lado dessas

mulheres, que no passado seguíamos caminhos separados, é algo transformador. O que nos uniu apesar de nossas diferenças? Embora antes estivéssemos separadas nas eleições, atualmente, que honra imensa poder desde o primeiro turno, carregar a bandeira da unidade e da esperança para a cidade, conduzida pelas mãos das mulheres. Isso é magnífico, é transformador e libertador para todas nós, em nosso país e sobretudo, em nossa querida Porto Alegre. Acredito que agora, unidas, é o nosso momento de construir uma cidade melhor para todos, priorizando aqueles que mais necessitam dela. As pessoas que vivem nos bairros, as mulheres, as pessoas com deficiência, aqueles à margem dos direitos atualmente. Isso me traz uma felicidade imensa, pois a política é um ato de serviço, de coragem, e um sentimento de alegria quando conseguimos formar uma frente política como essa, tendo o presidente Lula como referência e fortalecendo os princípios do nosso partido, o PT.

- Essa seria a minha próxima pergunta. Quer dizer, então, que essa aliança já está construída?

- Luciana retirou sua candidatura... Ela retirou seu nome em apoio à nossa candidatura, o que considero um símbolo maravilhoso. Manuela está nos Estados Unidos, mesmo assim já está contribuindo com a formulação do programa. Ela foi nossa candidata na última eleição em Porto Alegre, tendo conquistado mais de 40 a 45% dos votos, sendo uma figura muito importante. Além disso, temos outras novas deputadas federais em seu primeiro ou segundo mandato, como Fernanda Melchionna, uma figura consolidada, e Daiana Santos. Contamos também com deputadas estaduais, vereadoras... Atu-

almente, acredito que contamos com um amplo apoio. Estamos buscando aproximação com o PDT, o PSB e muitas outras irmãs e irmãos que poderão estar conosco nessa eleição.

Gostaria de enfatizar que Porto Alegre sempre teve essa vocação. De onde veio a força das gestões de Olívio, de Tarso, de Raul Pont? Vem da democracia participativa, da criação de políti-

A MESMA COMPETÊNCIA QUE ACREDITO TER DEMONSTRADO COMO PARLAMENTAR, PRETENDO MOSTRAR EM CADA COMUNIDADE DE PORTO ALEGRE

cas públicas voltadas para a qualidade de vida da cidade, e da conexão de Porto Alegre com o Mercosul e o mundo. Porque nós, no período mais difícil do neoliberalismo, nós fomos uma cidade muito conectada à transformação, a enfrentar esse fascismo que começava a se apresentar. Vejo com muita alegria, e estou representando neste programa,

construído a muitas mãos, esta retomada.

A qualidade de vida na nossa cidade, a conexão, porque eu vou governar, se estiver eleita, com o presidente Lula na presidência. Então, um governo que será espelhado nas ações do presidente Lula, eu tenho certeza de que ele vai governar junto comigo a cidade, se eu estiver na prefeitura municipal. E, ao mesmo tempo, eu tenho procurado já todos os contatos dos setores democráticos, do Mercosul, de Montevideo, de Buenos Aires, e do mundo, para o diálogo, para recuperar para Porto Alegre o seu lugar como a cidade-sede do Fórum Social Mundial.

- No mês em que celebramos o Dia Internacional das Mulheres, que mensagem você deixa?

- Quero dizer que a transformação que buscamos para o mundo certamente começa quando nos unimos para exercer nosso poder. Muitas vezes, quando sentimos que não somos suficientemente fortes, é nos olhos de outra mulher que encontramos a força necessária para seguir em frente. Posso afirmar sinceramente que isso aconteceu comigo várias vezes. Nada nos derruba: não há vento capaz de nos derrubar, nem tempestade que diminua a vontade de uma mulher de transformar o mundo e garantir a todas o respeito e direitos que merecem, assim como os espaços que devemos ocupar por nossa competência e pelo espírito de solidariedade que também carregamos em nosso projeto de transformação. Vida longa a todas nós e às companheiras que nos fortalecem, o "Elas por Elas" como é o caso do nosso partido, o PT, que nos trouxe até aqui.



COMIDA DE VOLTA À MESA: EM 2 ANOS, 13 MILHÕES DE BRASILEIROS SAÍRAM DO MAPA FOME

Estudo do Instituto Fome Zero (IFZ) mostra ainda que 20 milhões de pessoas deixaram de sofrer de insegurança alimentar moderada em 2023, com queda de 30%, e 13 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil

O Brasil tem sorrído mais. Um dos motivos? A comida está de volta à mesa dos brasileiros. De acordo com um estudo conduzido pelo Instituto Fome Zero, a quantidade de indivíduos em situação de insegurança alimentar severa no Brasil diminuiu significativamente de 33 milhões no primeiro trimestre de 2022 para 20 milhões no quarto trimestre de 2023.

Este declínio representa uma redução de 13 milhões de pessoas que enfrentam a fome no país. O estudo se fundamentou em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) referentes aos anos de 2022 e 2023, os quais foram combinados com informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada entre

2017 e 2018, a fim de elaborar modelos matemáticos para a análise em questão.

“Deve-se fazer uma ressalva. A estimativa aqui analisada é preliminar e deve ser interpretada como uma análise de cenário de como está a situação geral da insegurança alimentar e nutricional no Brasil e de seus indicadores macroeconômicos”, destaca o estudo.

“O comportamento dos indicadores descreve um cenário de estabilidade dos indicadores determinantes de insegurança alimentar e nutricional e, portanto, o início de uma possível retração da prevalência de insegurança alimentar”, explica.

A pesquisa mostra ainda que, em 2022, o Brasil enfrentava uma grave crise de insegurança alimentar, com 65 milhões de pessoas com restrições nutricional-

nais. “Em 2023, com mudanças políticas e medidas econômicas, incluindo a restauração do Novo Bolsa Família e a expansão do BPC [Benefício de Prestação Continuada], houve uma melhoria”.

“Embora encorajadores, os resultados ressaltam a necessidade contínua de ações coordenadas para enfrentar a insegurança alimentar. O estudo destaca a importância de dados confiáveis e oportunidades para orientar políticas públicas e intervenções futuras”, avalia o instituto.

“Apesar dos avanços, o trabalho para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros continua. A colaboração entre pesquisadores, formuladores de políticas e a sociedade civil será essencial para enfrentar os desafios persistentes e criar um futuro mais justo e seguro para todos”, defende o Instituto Fome Zero.

MINISTRO WELLINGTON DIAS COMEMORA

Rafa Neddermeyer



O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, celebrou a redução de 13 milhões no número total de pessoas em situação de fome no Brasil. Dados do Instituto Fome Zero indicam que o total de pessoas em situação de insegurança alimentar severa no país diminuiu de 33 milhões em 2022 para 20

milhões em 2023.

“Tudo isso resultou numa orquestra positiva que comemoramos hoje. E temos que comemorar mesmo porque, historicamente, é a maior queda. Você tirar assim, em um ano de arrumação da casa, 13 milhões de pessoas do mapa da fome”, disse, em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

“Essas pessoas estão nas cidades médias e grandes. Em situação de rua, que é ainda um quadro que estamos cuidando porque é muito grave”, destacou. “Quando a gente fala de fome grave é fome que mata. Assim como matou Yanomami e morreram crianças. Estamos falando disso”, completou.

Wellington Dias destacou que, ao incluir a fome moderada, o estudo aponta que 20 milhões de pessoas saíram dessa condição em 2023 no Brasil. “Poder comemorar que já foi dado um passo grande, com 13 milhões a menos do mapa da fome, mostra o tamanho da nossa responsabilidade. Vamos seguir trabalhando para alcançar outros que ainda não chegamos”.

Com informações da Agência Brasil e do Instituto Fome Zero



Ricardo Stuckert / PR

EM BUSCA DO 'MILÉSIMO GOL' DA EDUCAÇÃO

Presidente Lula anuncia a construção de mais 100 Institutos Federais, mais um movimento de retomada, e promete: "Nossos mil gols serão os mil Institutos Federais que vamos construir neste país"

Henrique Nunes

Com 682 gols na carreira, Lula começou a atual temporada otimista e garante que irá marcar ao menos mais 100. A meta vai além: até o final do mandato, o presidente quer alcançar nada menos do que Pelé, Romário e Túlio Maravilha. Os três ex-jogadores balançaram as redes mais de 1 mil vezes cada.

Mas o campeonato que o presidente disputa, desde que governou o país pela primeira vez, é outro: levar os Institutos

Federais para todos os cantos do país. "Nós temos uma meta: marcar mil gols. E os nossos mil gols vão ser construir mil Institutos Federais neste país, para a gente resolver definitivamente o problema da educação", comparou, mostrando o espírito de equipe de sempre ao dividir o feito com o seu time do Ministério da Educação (MEC).

A projeção para a construção de 100 novos IF para 2024, bem como os locais onde serão construídos (veja no quadro) foi anunciada no dia 12 de março em evento realizado no Salão Nobre do Palácio do Planalto com a pre-

sença de profissionais do MEC e estudantes. A iniciativa vai gerar mais de 140 mil vagas para cursos técnicos integrados ao ensino superior. "Vamos resolver definitivamente o problema da Educação no país", apontou.

O otimismo de Lula tem o respaldo da história. A primeira escola técnica do Brasil foi criada em 1909, pelo então Presidente Nilo Peçanha. Daquele ano até 2003, quando o atual mandatário da República foi eleito pela primeira vez mandato, havia somente 140 unidades, a maioria delas concentradas nas grandes capitais. Agora, com o anúncio dos

novos 100 campi, o país terá 782 Institutos Federais, encerrando quase uma década de abandono da expansão da Rede.

Quem já passou por uma das unidades sabe o quanto o IF pode transformar vidas. É o caso de Ismael Diniz, de 25 anos, formado pelo Instituto Federal do Mato Grosso. Nascido na cidade de Cáceres, no interior do Estado, ele relembra com carinho os tempos em que fez o Ensino Médio integrado ao curso de Informática. "Foi mesmo uma experiência transformadora. Foi lá que tive contato com muitas pessoas importantes na minha vida, como professores que abriram portas, caminhos e horizontes para mim".

A experiência de Diniz no IFMT acabou por desenvolver outro talento, até então adormecido. No intervalo para o almoço, ele se inscreveu nas aulas de teatro e sua vida tomou, novamente, outros rumos. Hoje ele é professor universitário de teatro. "É nítido o crescimento que a gente tem dentro do instituto. Saímos de lá mais capacitados e mais humanos porque o ensino é libertador".

Já Danton Mello, de 22 anos, ex-aluno da unidade de Cubatão, tem orgulho tanto da qualidade pedagógica quanto da luta que encampou ao lado dos colegas de classe para frear o desmonte do campus a partir do golpe contra Dilma Rousseff em 2016.

Mello estudou no IF da Baixada Santista. dos 15 aos 19, período em que fez o curso integrado de Ensino Médio integrado de Informática. "Todo mundo que conheço, fez o Ensino Médio Técnico e passou direto no vestibular, mas também enfrentamos bastante dificuldade com Temer e Bolsonaro. Durante a pandemia a estrutura foi abandonada e o corte de verbas ameaçou deixar o campus até sem energia

Reprodução



Danton Mello



Ismael Diniz

elétrica", lembrou.

O corte de verbas citado por Mello teve seu ápice em 2022, último ano de Bolsonaro no governo federal. Inimigo declarado da Educação Federal, o ex-presidente havia confiscado mais R\$ 2,4 bilhões do orçamento anual do MEC, colocando o funcionamento de Institutos e Universidades Federais em risco.

Em outubro daquele ano, estudantes, professores e profissionais das unidades federais de Ensino fizeram grande protesto em defesa dos IFs. "Tive uma Educação de bastante qualidade, mas também um período bastante tenso. Mas conseguimos vencer a luta. Agora, com o retorno de Lula e o anúncio da ampliação dos institutos, acredito que muita coisa vai melhorar mais ainda

O jogo virou

Assim como Danton Mello, o professor de Educação Física Alexandre Machado também saiu às ruas para evitar que a gestão anterior acabasse com um dos maiores legados já deixados à Educação Pública do país. "Houve um sucateamento das unidades depois do golpe contra a Dilma, com corte de orçamento que dificultou a manutenção dos

campi e nenhum concurso público foi realizado. Sempre militei em defesa da Educação Pública de qualidade e isso passa pela retomada dos Institutos Federais", avaliou.

O anúncio da ampliação da rede feito por Lula, animou o agora professor do campus de Pirituba do IFSP. "É a retomada do projeto de democratização do acesso ao Ensino Público gratuito e de qualidade. Os IFs são uma referência mundial de modelo de Ensino porque se adequa perfeitamente para um projeto de desenvolvimento de país como o Brasil. O curso técnico aliado a Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação atende a uma demanda por escolarização que o país precisa".

A construção dos novos 100 IFs terá investimento previsto de R\$ 3,9 bilhões destinados pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Nordeste é a região que mais receberá unidades: 38 campi. O Sudeste terá 27. Na sequência estão Sul (13), Norte (12) e Centro-Oeste (10). São Paulo é a unidade da Federação com mais municípios beneficiados com 12 cidades atendidas. No DF, serão instalados institutos no Sol Nascente e em Sobradinho.



VENDAS DO MINHA CASA MINHA VIDA BATEM RECORDE NO GOVERNO LULA

Crescimento de vendas foi de 42,2% em 2023, segundo levantamento da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. Empresários afirmam que setor vive melhor momento

Agência PT

O sonho da casa própria está se transformando em fato consumado para o povo brasileiro. Com Lula, as vendas de imóveis pelo novo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) bateram recorde em 2023.

Os dados foram divulgados pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) na quarta-feira (13) e

apontam crescimento de 42,2% apenas dentro do programa.

Em vendas gerais, a alta foi de 32,6%. De acordo com o levantamento, realizado em parceria com a Fundação de Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com 20 empresas associadas, mais de 163 mil unidades foram comercializadas entre janeiro e dezembro do ano passado.

É o maior número de vendas desde o início da série histórica, há dez anos. O aquecimento do mercado de compra de imóveis

pelo MCMV é visto pelos empresários como positivo. Eles afirmam que o setor vive melhor momento.

“Nós vamos é construir um modelo de financiamento de casa para que essa gente que está acima da faixa de dois salários mínimos possa comprar uma casa. E essa gente não quer uma casa de 33 metros quadrados ou de 40 metros quadrados ou de 60. Essas pessoas querem uma casa melhor”, afirmou o presidente Lula em uma entrevista à

imprensa nesta semana.

“Eu quero que as pessoas que ganhem seis, sete, oito mil, cinco salários mínimos, seis, que as pessoas possam participar de um programa de financiamento do governo e que possa ter uma casinha de 100 metros quadrados, de 120 metros quadrados. Sabe, ter um apartamento melhor, uma casa melhor. As pessoas trabalham e têm expectativa para isso”, pontuou Lula.

Para o presidente da Abrainc, Luiz França, o bom desempenho das vendas foi impulsionado tanto pelo segmento de médio e alto Padrão quanto pelo Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com novas regras e novo teto de valor.

O ministro do Desenvolvimento e Combate à Fome, Wellington Dias, enfatizou o empenho e cuidado do presidente Lula com o povo brasileiro para que realize o sonho da casa própria.

“O presidente Lula cuida das pessoas e cuida de uma maneira muito competente, porque fazer a economia crescer, fazer cair os preços de alimentos, cair a inflação, cair os juros, aumentar o emprego, aumentar ali a renda, tudo isso é parte de um trabalho de uma equipe muito dedicada”, afirmou Dias, em entrevista ao Bom Dia Ministro.

Vendas de alto padrão

O Minha Casa, Minha Vida apresentou os maiores aumentos nas vendas de imóveis de médio e alto padrão. Ainda conforme a Abrainc, o segmento também registrou um acréscimo significativo de 39,3% no valor de venda dos lançamentos.

Para a associação, os dados refletem as medidas de ajuste para ampliar o acesso das famílias de menor renda ao programa social.

O novo MCMV do governo Lula subsidia compra de casa ou

Min. Cidades



Ricardo Stuckert/PR



apartamento para famílias com renda de até R\$ 8.000 mensais, com taxas de juros mais baixas que a do mercado.

A boa comercialização de imóveis pelo novo programa reflete a valorização de ações do setor na Bolsa de São Paulo e impulsiona a construção civil, segundo a Abrainc.

Melhora na economia e redução da Selic

A melhora na economia brasileira com a redução da taxa básica de juros, a Selic, resultou no aumento de venda dos imóveis, pois o crédito imobiliário ficou mais acessível para os brasileiros

e brasileiras.

A expectativa do setor, segundo o presidente da Abrainc, é que a redução da Selic se mantenha.

Uso do FGTS

França explica que, para que a estimativa do setor seja atingida, é preciso manter regras estáveis para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), muito utilizado pela população de baixa renda do país.

Uma nova correção do saldo do fundo de garantia está em discussão no STF (Supremo Tribunal Federal) e deve ser definida ainda neste ano.

MAIS UMA CONQUISTA DA CLASSE TRABALHADORA

Odair Cunha

A classe trabalhadora brasileira conseguiu uma grande conquista na semana que passou: a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) na faixa de até dois salários-mínimos (R\$ 2.824,00). O avanço decorre da aprovação, pela Câmara dos Deputados, com o apoio maciço da Bancada do PT, do projeto de lei (PL 81/24), de autoria do líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), o qual incorpora o texto da medida provisória (MP 1206/24) sobre o mesmo tema editada pelo presidente Lula.

Foi um dia histórico, uma vitória que mostra o compromisso do governo Lula com os trabalhadores e trabalhadoras. Já no ano passado, no primeiro ano de seu terceiro mandato, o presidente promoveu o reajuste da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda, prática interrompida no período que se estendeu de 2015 a 2022. Em 2023, com Lula, a isenção saltou para R\$ 2.640 por mês, ante os R\$ 1.903,98 congelados desde 2015. Até o final do mandato, a isenção será ampliada para quem ganha até R\$ 5 mil, como foi prometido durante a campanha.

Trata-se de um enorme avanço



tributário, junto com outras medidas que têm sido implementadas para reduzir as desigualdades no País. O texto, que seguiu para o Senado e foi fruto de amplo acordo com as forças políticas, garante redução real do imposto para quem ganha menos, ampliando, au-

tomaticamente, o poder de compra para os que pertencem a essa faixa salarial. Ou seja, melhor qualidade de vida para milhões de trabalhadores e trabalhadoras e, ao mesmo tempo, mais dinheiro em circulação para fazer girar a roda da economia, com mais produção e empregos.

Embora o objetivo seja a isenção para a faixa de rendimentos até dois salários-mínimos, a correção também influencia os descontos no cálculo do imposto nas demais faixas salariais em função da progressividade da tabela. Ou seja, todo mundo que paga Imposto de Renda no Brasil será beneficiado pela medida.

É preciso lembrar que essa conquista se alia a inúmeras outras. O processo de reconstrução nacional vai de vento em popa, para a superação dos problemas herdados do incompetente governo passado. Com apenas um ano, sob comando de Lula, o Brasil teve o maior crescimento da renda das famílias nas últimas três décadas: em 2023, aumentou 11,7%, a maior alta des-

de o a criação do Plano Real, em 1994.

No ano passado, conquistamos o menor índice de desemprego nos últimos dez anos e firmou-se o reinício do aumento real do salário-mínimo, a mais revolucionária política de distribuição de renda num país tão injusto e desigual. O aumento real do salário-mínimo é marca dos governos do PT, política descontinuada em 2019 na gestão Bolsonaro e retomada oficialmente pelo governo Lula.

O governo anterior tampouco corrigiu a tabela do imposto de renda. Ou seja, reteve dinheiro do povo para atender aos interesses do grande capital. O ex-capitão prometeu que daria isenção na faixa de até R\$ 5 mil e não cumpriu. Lula prometeu e tem cumprido a promessa.

Sem reajustes desde o Governo Dilma, em 2015, a tabela do IR acumulou uma defasagem média de 51% desde então. Significa que, ao longo desses anos, cada vez mais contribuintes foram penalizados ao pagar tributos, afetando principalmente os de baixa renda. A injustiça começou a ser corrigida agora. O compromisso do governo Lula com o povo brasileiro é justamente o de promover crescimento econômico, distribuição de renda e justiça social. É o Brasil no rumo certo.

Deputado federal por Minas Gerais e líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados

BRASIL: UMA ESTRATÉGIA EM CONSTRUÇÃO

José Luís Fiori

O Estado brasileiro não possui um documento que defina periodicamente sua “estratégia internacional”. Houve uma tentativa, durante o segundo governo Lula, mas o documento foi esquecido após o golpe de Estado de 2016, e mais ainda, durante o governo Bolsonaro, que era partidário de um alinhamento incondicional do Brasil ao lado dos Estados Unidos e de Israel, e chegou a defender, inclusive, o isolamento do país com relação à comunidade internacional. No entanto, esse quadro mudou radicalmente depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2023. Mesmo assim, não existe um documento oficial que defina e explique a nova política externa do presidente Lula, apesar de que seja possível mapear seus objetivos, e sua estratégia, a partir de algumas iniciativas do governo, e sobretudo, a partir de alguns pronunciamentos cruciais feitos pelo próprio, e de seus principais auxiliares no campo internacional.

Durante o ano de 2023, o presidente Lula fez 15 viagens internacionais e visitou 24 países em 5 continentes, fez grande número de discursos e pronunciamentos, e concedeu dezenas de entrevistas dentro e fora do país, definindo as linhas básicas

do seu pensamento e da estratégia de sua política externa. Uma linha de pensamento que veio sendo reforçada por algumas entrevistas complementares, concedidas por Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República para Assunto Internacionais, e pelo próprio ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Lula fez seus discursos mais importantes na ONU, na reunião do G20 da Índia, na reunião do G7 em Tóquio, na Liga das Nações Árabes, na União dos Estados Africanos, na CELAC, no CORICOM, quando assumiu a presidência do G20, em 2004, e a presidência da COP 30 que se realizará em Belém, em 2026, e também na reunião que teve com os presidentes sul-americanos, em Brasília, convocada pelo próprio Itamarati.

Em todas essas ocasiões, Lula e seus principais assessores internacionais demonstraram ter plena consciência de que o Brasil não é uma potência militar nem pretende sê-lo. É um grande país do ponto de vista do seu território, população e recursos naturais, mas não tem capacidade, nem a intenção, de projetar seu poder ou influência militar fora de suas fronteiras, mesmo no caso da América do Sul. Por outro lado, com relação à questão da segurança militar do país, todos têm plena consciência da relação histórica do Brasil com os Estados Unidos, e do fato de que o Brasil se encontra na “zona

de proteção ou tutela nuclear” direta dos Estados Unidos. E é nesse contexto geopolítico e militar que o presidente Lula vem concebendo e construindo seu projeto de transformar o Brasil numa grande potência pacifista, com capacidade de influenciar e forjar ideias e consensos internacionais. É o caso da sua proposta de mobilização mundial contra a fome e a favor da igualdade e da sustentabilidade; junto com a ideia de fazer do Brasil um grande “mediador” e pacificador dos conflitos internacionais que se multiplicam ao redor de todo o mundo.

Lula é um humanista e um pacifista radical, e é um político carismático, mas ao mesmo tempo ele é um político hábil e pragmático. Seu projeto internacional não tem nada a ver com o “terceiro-mundismo” do século XX, nem parece que ele pretenda ser apenas uma liderança da “periferia mundial”, agora apelidada de “Sul Global”. Pelo contrário, todos os pronunciamentos do presidente Lula vêm sendo pautados por uma postura universalista, cosmopolita e igualitária, apesar de que ele tenha plena consciência de que o próprio “cosmopolitismo” ou universalismo é inseparável das hierarquias, das assimetrias e dos conflitos que fazem parte da luta dos países pelo poder e pela riqueza. A estratégia internacional de Lula considera que a “soberania das nações” é um fato, um direi-

to e um objetivo, e propõe que o Brasil se mova entre as nações do norte e do sul, do leste e do oeste, sem fazer distinções ideológicas ou discriminar países em função de seus regimes políticos, afiliações ideológicas ou pertencimentos culturais e religiosos. Lula não esconde sua afinidade com os Estados Unidos de Joe Biden, nem sua proximidade da Rússia de Putin, da China de Xi Jinping, da França de Macron, da Turquia de Erdogan, do Irã de Ebrahim Raisi, da Alemanha de Scholz, ou mesmo da Inglaterra de Charles III. Ele não se mostra partidário de nenhum tipo de aliança estratégica fixa, no campo internacional, nem muito menos de blocos ideológicos polarizados. E talvez seja exatamente essa posição sui generis do presidente brasileiro que lhe permite fazer afirmações e críticas duras e realistas, que em geral são evitadas pelos grandes donos do poder mundial, que costumam esconder seu jogo duplo e sua moral contraditória, atrás de uma linguagem aparentemente neutra.

Segundo dados que foram apresentados pela delegação brasileira na última reunião do G20, realizada na cidade do Rio de Janeiro, houve 183 conflitos internacionais no ano de 2023, a grande maioria sem nenhum tipo de arbitragem. Agora mesmo, estamos assistindo a um massacre na Faixa de Gaza, que é condenado pela maioria da Humanidade mas ninguém consegue conter a fúria vingativa do governo de Israel, nem mesmo o governo americano, para que dizer, as Nações Unidas, cujas decisões são desrespeitadas por Israel há décadas. Esta paralisia decisória do sistema mundial é que vem sendo denunciada pelo presidente Lula, ao mesmo tempo em que ele insiste na necessidade urgente de construir um

novo sistema de normas, regras e instituições capazes de administrar esses conflitos mundiais, antes que o mundo tome - uma vez mais - o caminho da "guerra mundial", como forma de impor a primazia dos vitoriosos, dentro do sistema internacional, como aconteceu depois de Hiroshima e Nagasaki. Tudo indica que o presidente Lula tem plena consciência de que o problema do mundo hoje não é a falta de "regras" - as regras existem. É a ausência de instituições que sejam capazes de interpretá-las de forma consensual e que sejam aceitas pela comunidade internacional. Este papel foi cumprido pelos europeus e norte-americanos nos últimos 300 anos, mas como disse recentemente o chefe da Política Externa da União Europeia, o espanhol Joseph Borrel, "a era do domínio global do Ocidente chegou ao fim", como chegou ao fim o consenso ou a aceitação do arbítrio das potências ocidentais. Sabendo que a simples substituição da "unipolaridade" pela "multipolaridade" não resolverá automaticamente o problema da guerra e da paz, e o presidente Lula tem chamado atenção para este gigantesco desafio da Humanidade.

Por fim, voltemos ao continente americano, onde o governo Lula deu os primeiros passos de sua política externa na direção tradicional do Mercosul e da América Latina. Onde se propôs construir uma aliança estratégica com a Argentina, que se transformasse num ponto de referência e numa liderança econômica e política para todo o continente. Mas uma vez mais, como já havia acontecido no passado, esse projeto foi abortado por uma mudança política, que neste caso veio da Argentina. Parece que Lula compreendeu, então, que a correlação político-ideológica sul-americana havia mudado e

que, além disso, seria impossível fazer o Mercosul avançar com três países governados por presidentes ultraliberais. E que mesmo dentro da esquerda existe uma enorme diferença entre sua visão internacional e a dos presidentes Boric e Petro, estando ele mais próximo de Petro do que do jovem presidente chileno.

Mais do que isto, entretanto, parece que o presidente Lula também já entendeu que o velho sonho da "integração latino-americana" foi sempre uma utopia, muito mais do que um projeto viável. Uma utopia tecnocrática, defendida pelos economistas da CEPAL desde os anos 50, e uma utopia ideológica defendida pelos governos bolivarianos do continente desde o final do século XX. Duas versões de um mesmo sonho que nunca se encaixou com a dura e crua realidade da economia primário-exportadora de quase todos os países sul-americanos, nem tampouco com a natureza descontínua do território e do povoamento litorâneo de todo o continente. Sem falar que essa ideia sempre teve a oposição da grande maioria das elites ultraliberais do continente, e sempre dependeu do fôlego da economia brasileira, que é a única com capacidade de empurrar esse projeto ladeira acima.

Entende-se, portanto, por que o presidente Lula escolheu a cidade de Addis Abeba, na Etiópia, e a reunião plenária da Organização dos Estados Africanos, para fazer um de seus discursos mais veementes de condenação do genocídio palestino, e de defesa da necessidade de uma nova ordem mundial, igual como havia acontecido no dia anterior, na cidade do Cairo, quando suas palavras também foram recebidas com entusiasmo pelos países-membros da Liga dos Países Árabes.



A BASE VEM FORTE: CURSOS DE FORMAÇÃO PARA DIRIGENTES E A DEFESA DO “MODO PETISTA DE GOVERNAR”

Fundação Perseu Abramo tem oferecido, desde março de 2023, capacitação e formação para membros de diretórios e militantes de diversas cidades do país

Quando Mano Brown subiu ao palco do ato pela candidatura de Fernando Haddad, às vésperas das Eleições de 2018, uma das premissas mais caras ao Partido dos Trabalhadores foi questionada: a legenda, segundo o rapper, precisava se reco-

nectar com as suas bases.

Longe de parecer uma afronta à histórica relação do PT com a classe trabalhadora, a declaração acabou por reacender a disposição de dirigentes e militantes (ainda que aquele pleito tenha sido vencido pela extrema-direita) para as lutas que se iniciariam a partir de então.

Parte da imprensa ainda tentou usar a fala de Brown, hoje histórica, para legitimar a falsa narrativa de que o partido já não era mais o mesmo. O efeito foi contrário, e lideranças, dirigentes, militantes, e até quem não era filiado, fizeram coro para dizer que o PT estava mais forte do que nunca.

Reprodução

Importante lembrar que o líder dos Racionais MC's não foi o responsável pela mobilização, mas ajudou a dar visibilidade para o trabalho de base. Ainda em 2018, a direção nacional do partido lançou o projeto Nova Primavera, com o objetivo de formar "Núcleos de Vivências, Estudos e Lutas nos bairros, comunidades, locais de trabalho, locais de estudo ou locais de atuação".

Em março de 2023, início da terceira gestão de Lula, foi a vez da Fundação Perseu Abramo lançar o Curso de Preparação e Capacitação para Dirigentes, com o respaldo da Escola Nacional de Formação (ENF).

De lá para cá, já foram realizados cursos presenciais e online em cidades de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo - o Estado serviu de projeto-piloto para a ação, primeiro na capital e agora também no Interior. Ao todo, mais de 1 mil dirigentes já realizaram os cursos e a expectativa é ampliar esse número até o início do pleito eleitoral.

"A primeira parte do trabalho foi ouvir o que esses dirigentes tinham a dizer e quais eram as suas principais dificuldades para dialogar com a população. Depois, formatamos um vasto material, simples e didático, para reaproximar o partido da base e protegê-lo dos ataques que ainda acontecem", explica Eliane Martins, da equipe pedagógica da ENF.

A sugestão para que as aulas tivessem conteúdo adaptado ao contexto social e cultural de onde estão os diretórios foi do presidente da FPA, Paulo Okamoto. Foi ele quem solicitou que os cursos fossem mais acessíveis para a militância de base.

"Os cursos voltados para a formação de dirigentes têm sido uma de nossas vitrines na disputa de narrativas. Precisamos



dialogar com todas as camadas da população e, para isso, é fundamental a participação ativa de quem está nos diretórios. São essas pessoas que irão levar as nossas propostas e ideias para toda cidade onde houver candidaturas petistas", aponta.

A meta agora é expandir as aulas para o maior número de localidades possível e dar subsídios para que dirigentes e militantes estejam preparados para defender as pautas do partido durante as Eleições Municipais.

"Nós precisamos contribuir, por meio da formação, para que o nosso partido consiga se posicionar e reposicionar de maneira mais profunda e enraizada no combate à extrema-direita. Mas também na construção da nossa pauta em defesa da classe trabalhadora", finaliza Eliane.

Para além das Eleições

Para Klinger Sousa, também da equipe da ENF, os cursos con-

tinuarão a ser realizados permanentemente, já que uma de suas metas é reafirmar o compromisso do PT em locais que hoje ainda estão sob ameaça da pauta da extrema-direita. "É um ano importante para a disputa de narrativa nos municípios e na defesa deste novo Brasil liderado pelo presidente Lula. Mas a luta não tem data para acabar e vai além do processo eleitoral", reitera.

Outro argumento em favor da continuidade dos cursos são os resultados obtidos até aqui. "Os dirigentes têm se mostrado extremamente receptivos ao processo não apenas quando eles passam uma demanda e trazem um conjunto de problemas que a formação e a capacitação buscam resolver, mas principalmente ao final do encontro em que eles expressam a riqueza do encontro e as transformações em suas rotinas geradas a partir da produção de conhecimento. Tem sido muito rico todo esse processo".

ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O NOVA PRIMAVERA 2024, UM DOS PRINCIPAIS PROJETOS DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PT

Com foco nos territórios e na importância do trabalho das bases sociais, a edição de 2024 da jornada de formação é aguardada com boas expectativas para a organização e preparação da militância para as eleições municipais

Redação

Evento tradicional da agenda de formação da Fundação Perseu Abramo e da Secretaria Nacional de Formação do Partido dos Trabalhadores, a jornada Nova Primavera promove encontros regionais e nacionais, com oficinas e mesas - neste ano, em novo formato e com atuação predominante dos formadores em territórios.

As inscrições começam nesta terça-feira, 19, e vão até dia 29 de março e estão abertas a toda a militância petista, como dirigentes, participantes das edições anteriores do programa e novos inscritos. No dia 29 de março, data final das inscrições, às 19h, haverá uma transmissão ao vivo promovida pelo PT e pela FPA para apresentar o programa deste ano, com a ementa das atividades e abordagem dos conceitos que serão trabalhados na edição.

Na jornada Nova Primavera 2024, as oficinas, mesas e trocas de experiência miram a experiência de e acúmulo de cada perfil militante, trazendo diferentes abordagens e enriquecendo o conteúdo com uma formação direcionada, adaptável a realidades diversas e com maior capilaridade.

Um dos programas mais bem sucedidos, fruto da parceria da Secretaria de Formação do PT com a Fundação Perseu Abramo, a jornada formativa contará com oficinas virtuais, cobertura e atuação nas redes sociais. Somado a isso, o encontro proporciona reflexões finais sobre as aprendizagens e discussões propostas, principalmente com o maior protagonismo, neste ano, das atividades em territórios.

Neste sentido, a Jornada Formativa do Nova Primavera deste ano se propõe a organizar uma formação fundamentada nos princípios da educação popular, com os diversos mobilizadores que atuam nos territórios, reforçando o sentido do trabalho de base no contexto das eleições municipais e a importância das políticas de participação social no território. O objetivo é despertar, na militância, a consciência sobre o que estará em jogo nessas eleições, ao eleger cada prefeito e vereador, e como o trabalho de base pode ajudar tanto na conquista do voto, como transformar eleitores em militantes.

A exemplo do sucesso do projeto, o Nova Primavera de 2022, que teve por objetivo transformar a força eleitoral do presidente Lula e do PT em força popular or-

ganizada, teve como resultado a criação dos Comitês Populares de Luta, que se espalharam em ramificações por todo o Brasil. Naquele ano, foram 5 mil inscritos em 40 turmas virtuais nacionais e estaduais e, para cada turma, foram realizadas 6 Oficinas temáticas, totalizando 240 atividades.

Os comitês surgiram da proposta de auto-organização em torno da agenda central e foram fundamentais para que a mensagem do partido e do presidente Lula chegassem a todos os lugares.

Em 2023, foram 10 mil inscritos em 47 turmas. Foram realizadas, 5 Oficinas virtuais nacionais, 34 Oficinas virtuais temáticas autogestionadas e 276 Oficinas Territoriais, totalizando 545 atividades. As discussões se deram a partir do eixo - como transformar força eleitoral de Lula e do PT em força social organizada.

Com foco nas territorialidades e a importância do trabalho nas bases sociais, a edição de 2024 é aguardada com boas expectativas para a organização e preparação da militância para as eleições municipais, multiplicando conhecimento e ação política afirmativa. As atividades começam no dia 9 de abril. As inscrições seguem abertas até o dia 29 de março.



Reprodução

NOTA DE APOIO À COMPANHEIRA GLEISI HOFFMANN

Secretaria Nacional de Mulheres do PT rechaça ofensas e agressões cometidas contra a presidenta do PT

As mulheres do PT vêm a público se solidarizar com a presidente do nosso partido, Gleisi Hoffmann, vítima de agressões verbais e truculentas cometidas por um membro do Movimento Brasil Livre, ontem, em Natal (RN).

A tática do movimento MBL para abordar seus opositores é baixa e sensacionalista. Fazem todo o tipo de agressões verbais em busca de cliques para alimentar a nefasta indústria das fake news. São fãs do sensacionalismo, mas opositores da verdade e da checagem dos fatos.

Desde junho de 2018, é amplamente conhecido que o Supremo Tribunal Federal absolveu o presidente das acusações falsas oriundas da operação Lava Jato.

Se quisessem mesmo o debate sério e comprometido com a verdade, compreenderiam que os dados referentes ao feminicídio de 2023, nada mais são do que o reflexo dos quatro anos de liberação e incentivo à aquisição e ao uso de armas e munições por CACs, estimulados pelo governo bélico e golpista de Jair Bolsonaro; gestão aprimorada por movimento.

A 17ª edição do Anuário Bra-

sileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que, entre 2019 e 2022, aumentou em 1.200% a participação de CACs em ocorrências no âmbito da Lei Maria da Penha.

Além disso, a gestão criminosa do inelegível prejudica drasticamente o destino de recursos para prevenção e combate à violência, tornando uma menor alocação orçamentária em uma década para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

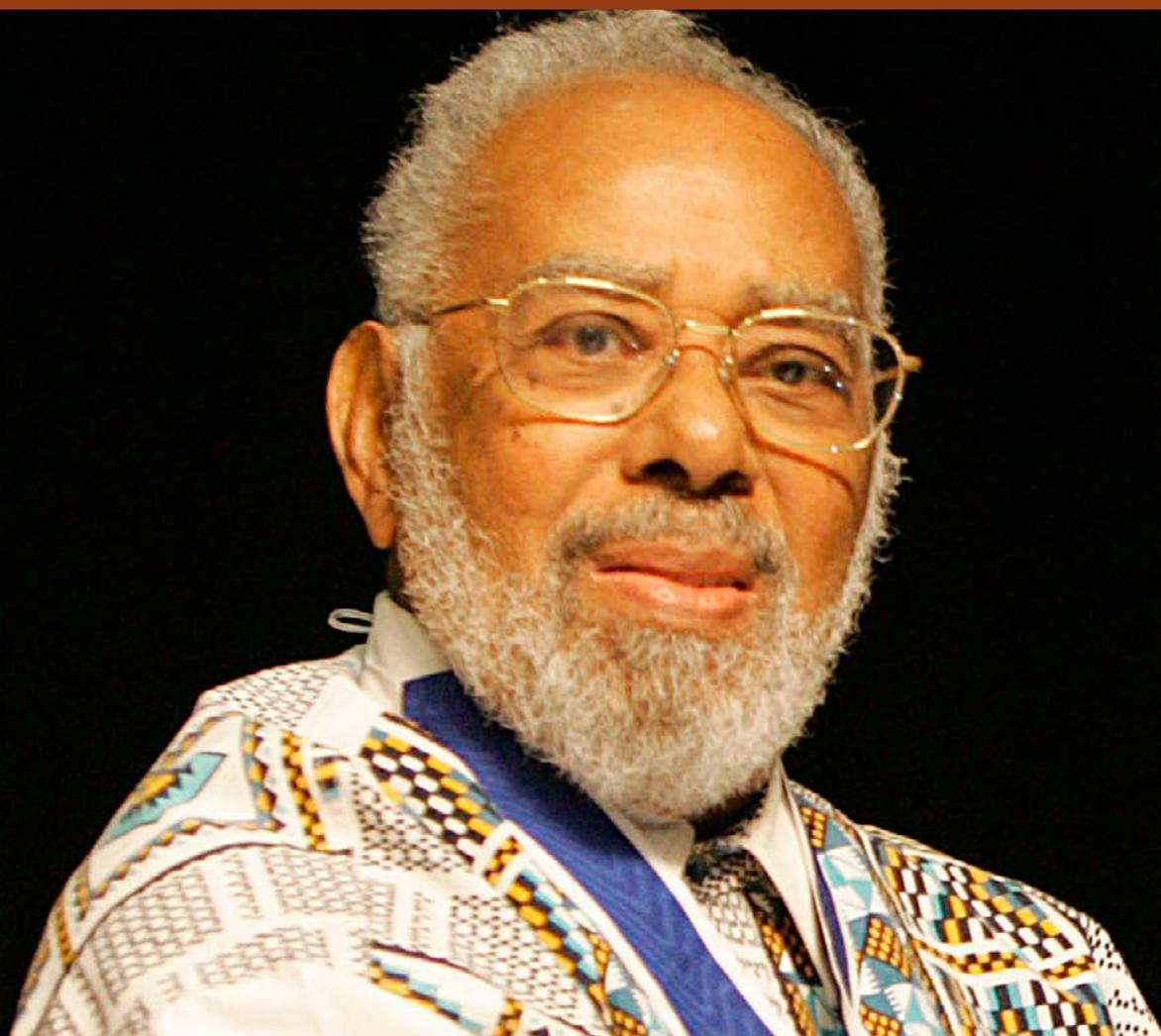
O resultado do descaso com o desfinanciamento das políticas de proteção à mulher é o cenário de crescimento dos crimes de ódio, e da ascensão de movimentos ultraconservadores na política brasileira, que elegeram o debate sobre igualdade de gênero como inimigo número um.

Entretanto, é fundamental destacar que, pela primeira vez, há um Ministério destinado exclusivamente para pensar, construir e executar políticas públicas e programas destinados às mulheres. Com o governo do presidente Lula, há pesquisa, apuração e monitoramento dos dados.

Esta gestão incentiva que as vítimas denunciem seus agressores, estamos retomando os equipamentos para acolher mulheres que sofrem violência, como as Casas da Mulher Brasileira. Além disso, é essencial que haja uma mudança no pensamento do país, da não normalização da violência contra o corpo da mulher; o combate à misoginia é diário.

As mulheres petistas sempre irão à defensora pública da honra da companheira Gleisi e do projeto do presidente Lula, pois entendemos que isto é defender a democracia, e a verdade dos fatos.

Secretaria Nacional de Mulheres do PT



ABDIAS NASCIMENTO

UMA MARCANTE FIGURA DO SÉCULO XX

Nascera há 110 anos em São Paulo. O legado por ele deixado ao longo dos seus 97 anos de vida, é aqui evocado pelas intelectuais brasileiras, Matilde Ribeiro e Claudiléia Lemes Dias, assim como pelo poeta, Filinto Elísio. Todos põem em relevo o importante e multifacetado contributo dele no campo das artes, da política, do ativismo por um Brasil sem racismo, pela valorização da cultura dos afrodescendentes e da sua relação com a África. Um contributo que precisa de ser valorizado e difundido.

Dulce Araújo, do Vatican News

Foi uma trajetória impressionante a de Abdias do Nascimento que, ainda criança, revelou a sua “veia revolucionária” e “ideias claras” quanto ao que queria para si e para os negros, sublinha a escritora e jurista, Claudiléia Lemes Dias, recordando episódios da infância dele, narrados por ele próprio num documentário.

Também a ex-Ministra e atual docente da UNILAB, Matilde Ribeiro, que o conheceu pessoalmente, recorda a proximidade e colaboração entre eles quando ela era Ministra da Promoção da Igualdade Racial e ele porta-voz dos Movimentos Sociais e do Movimento Negro.

Já Filinto Elísio, se debruça, mais demoradamente, sobre os feitos de Abdias Nascimento no mundo do teatro, da política, da sua resistência ao regime militar no Brasil, do exílio, das suas relações com a África, enfim, do seu nunca cruzar os braços a fim de que o Brasil fosse melhor para todos os seus povos. Recorda ainda a imensa obra por ele deixada no domínio das artes plásticas, da escrita, da dramaturgia, etc.

Uma obra não suficientemente valorizada no ensino, embora haja uma lei de 2013 que torna obrigatório o ensino da história da África e dos afrodescendentes a todos os níveis no Brasil, recorda Matilde Ribeiro, segundo a qual a situação é um pouco diferente nas escolas de samba e nas organizações sociais.

Claudiléia Lemes Dias faz notar, por sua vez, que fora de determinadas faculdades em Universidades e no Movimento Negro, o pensamento e exemplo de Abdias do Nascimento, não são conhecidos. Deveriam ser matéria de estudo já nos níveis básicos de escolaridade, até por-

Reprodução



A ex-Ministra da Promoção da Igualdade Racial e Docente, Matilde Ribeiro

Reprodução



O poeta, ensaísta e editor (Rosa de Porcelana Editora), Filinto Elísio

que ele deixou uma importante metodologia de ensino.

Uma das obras escritas do Abdias consiste numa denúncia já nos anos 70 do genocídio de negros no Brasil, situação de que muitos falam ainda hoje. Para Claudiléia Lemes Dias esta situação deve-se ao facto de os negros votarem em brancos e de os partidos não candidatarem negros nas suas listas eleitorais.

Quanto a Matilde Ribeiro considera que Abdias Nascimento era um homem muito à frente do seu tempo e denunciava o racismo no Brasil quando o país tinha ainda imensa dificuldade em admitir isso.

Abdias Nascimento deixou a sua marca também num concurso sobre a temática do “Cristo

Negro” por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Brasil em 1955. Para Matilde Ribeiro esse tema terá sido para esse pensador e ativista uma “provocação política” à sociedade brasileira. De resto, o próprio Abdias Nascimento chegou a declarar no referido documentário sobre ele, que os pais eram católicos, mas que ele, desiludido por ver que excluía a cultura negra, foi-se afastando do cristianismo, até abraçar o candomblé.

A concluir, Matilde Ribeiro dirige ao Brasil, ao mundo, um convite a valorizar e a difundir o legado de Abdias do Nascimento, necessário para compreenderem melhor o Brasil de hoje e para crescerem.



ONU: MINISTÉRIO DAS MULHERES CONSOLIDA GOVERNO LULA NO DEBATE GLOBAL SOBRE POLÍTICAS DE GÊNERO

Durante participação na 68ª Comissão sobre a Situação da Mulher, delegação brasileira apresentou políticas públicas do governo federal

A participação da delegação brasileira na 68ª Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), maior encontro anual das Nações Unidas sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, ficou marcada pelo compromisso do governo Lula com as pautas das mulheres junto à comunidade internacional. Na reunião, o Ministério das Mulheres apresentou ao mundo

algumas das ações da gestão atual.

Liderada pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, a comitiva teve a participação da socióloga e primeira-dama, Janja Lula Silva, e das deputadas federais Benedita da Silva (PT-RJ), Maria do Rosário (PT-RS), Ana Pimentel (PT-MG) e Ana Paula Lima (PT-SC), além da equipe técnica da pasta.

Dentre os temas tratados pela delegação estão o combate às

violências contra as mulheres no ambiente digital, a igualdade salarial, transversalidade de gênero e empoderamento da mulher, e a agenda do G20, além de reuniões com países de língua portuguesa.

No dia 13, a ministra participou do painel Alianças Intersetoriais para promover a Igualdade de Gênero e os Direitos das Mulheres, promovido pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), pela Organização dos Es-

tados Americanos (OEA), e pelo governo do Canadá.

Segundo o MMulheres, a ministra abordou o compromisso do governo do presidente Lula com a pauta da igualdade de gênero, que já no início do seu mandato enfatizou a importância de esse ser um tema tratado em todos os ministérios e em todo o âmbito do governo, assim como a transversalidade de temas como a igualdade racial, os direitos das populações indígenas e os direitos humanos.

“De 88 programas do governo brasileiro, 45 têm ações específicas para mulheres, ações com metas e orçamentos. E temos como cobrar dos demais ministérios aquilo que será executado ou não. Isso é uma garantia de que podemos efetivamente pensar a transversalidade de gênero no nosso governo”, afirmou a ministra.

Cida Gonçalves enfatizou, ainda, a importância da vontade política para lidar com as questões que são prementes para as mulheres. “Aqui, temos pensado o financiamento para as mulheres vencerem a pobreza, e precisamos de vontade política para lidar com essas questões, sabendo que nem sempre somente ela é suficiente”.

No dia seguinte, a ministra participou do evento “Pacto Global da ONU - Substantivo Feminino”, que ocorreu em paralelo à 68ª CSW.

De acordo com o MMulheres, a ministra explicou durante o evento, que a igualdade salarial é um processo legal já existente no país, que está na CLT e na Constituição Federal. “A lei da igualdade salarial veio para fortalecer isso. Fazer um relatório de transparência e dizer para a população e para as mulheres - não para o governo - qual é a diferença salarial existente na empresa. Ser contra o relatório de transpa-

rência é ser contra a legislação e não querer a igualdade salarial”, ressaltou a ministra, num contexto em que empresas contestaram trechos da legislação junto ao Supremo Tribunal Federal.

“Quero pedir para as empresas que convençam outras empresas que a igualdade salarial faz bem para o país, faz bem para as empresas, faz bem para a democracia e para as mulheres”, continuou Cida Gonçalves.

Participaram como palestrantes do evento, além da ministra, Janja Lula da Silva, a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, a deputada federal Benedita da Silva, a Secretária de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Elisa Vieira Leonel, e a coordenadora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), Cleide Pinto.

Agenda do G20

O evento global também foi palco para a pasta apresentar como prioridades o GT de Empoderamento de Mulheres com diversos países e participou de dois eventos no âmbito do grupo.

O tema da presidência do Brasil na reunião do G20 deste ano é “Construir um mundo justo e um planeta sustentável”, representando o compromisso com uma governança mais equitativa, que coloque o combate às desigualdades e a inclusão social como prioridade dos países. O ano de 2024 é o primeiro Grupo de Trabalho sobre Empoderamento de Mulheres no G20, o que permitirá fortalecer o compromisso do governo brasileiro com o enfrentamento da desigualdade de gênero.

Criado para apoiar os Ministérios responsáveis pela condução de políticas para a igualdade de gênero nos países do G20, a ins-

tucionalização de um GT sobre o Empoderamento das Mulheres representa o compromisso de reforço pelos Estados-membros com o empoderamento de meninas e mulheres.

Para a coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Empoderamento de Mulheres do G20, Ísis Táboas, a desigualdade de gênero continua a ser uma das mais profundas em todo o mundo, e o governo brasileiro reconhece que a promoção da igualdade desempenha papel fundamental na construção de um futuro sustentável e justo.

Mundo digital

Encerrando a participação no evento, a ministra esteve no evento “Direitos e escolhas das mulheres em um mundo digital: por que precisamos de um Pacto Digital Global Feminista”, uma conversa entre Estados-Membros e Organizações da Sociedade Civil sobre como garantir que o gênero seja um tema chave do Pacto Digital Global e do Pacto para o Futuro.

Na oportunidade, o ministro cobrou medidas efetivas das gigantes da tecnologia para proteger meninas e mulheres no ambiente virtual: “Nós precisamos, eficazmente, de uma disputa de comunicação nas redes, que tenha uma linguagem dos movimentos das mulheres, das feministas, e que possamos ter segurança e meios para exigir das ‘Big Techs’ que tenham responsabilidades sobre o que sai nas redes sociais.”

“Não podemos admitir que um ambiente digital que viola os direitos das mulheres, que violenta as mulheres cotidianamente, que se transforma em objetos e fortalece movimentos masculinistas”, afirmou Gonçalves.

Da Redação Elas por Elas, com informações do Ministério das Mulheres e G20 Brasil



NA ONU, BENEDITA DA SILVA DISCURSOU EM DEFESA DAS MULHERES NO AMBIENTE DE TRABALHO

Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, deputada Benedita da Silva foi convidada a falar na CSW, maior encontro anual da ONU sobre igualdade de gênero

A deputada federal Benedita da Silva, do Rio de Janeiro foi convidada pelo Pacto Global da ONU - Rede Brasil a palestrar no evento de abertura da programação paralela à Comissão sobre à Situação das Mulheres (CSW), na sede da ONU, em Nova Iorque, a uma plateia formada por empresários e empresárias, autoridades, formadoras e formadores de opinião.

Em sua fala, a deputada au-

tora da PEC das domésticas, um marco par as trabalhadoras domésticas brasileiras, defendeu que a legislação seja reforçada para eliminar a violência contra a mulher no mercado de trabalho, para a promoção de maior equidade de gênero no âmbito corporativo.

“Temos dedicado esforços ao processo de ratificação da Convenção 190 da OIT, sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, e da Convenção 156 da OIT, para garantir a igualdade efetiva de

oportunidades e tratamento entre trabalhadores e trabalhadoras”, discursou Benedita.

Também pediu a todos apoio a extensão dos direitos dos pais: “Precisamos do apoio de vocês também para a aprovação da ampliação da licença-paternidade. Este é um tema prioritário da Bancada Feminina, pois entendemos que os homens precisam ser participantes no cuidado com os filhos recém-nascidos”.

Com informações da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados



EXTREMA DIREITA ENCONTRARÁ RESISTÊNCIA DENTRO DO PARLAMENTO EUROPEU

Na França, judiciário agiu para combater a xenofobia. Na Finlândia, um partido com membros nazistas ameaça a integração europeia e é questionado no parlamento. Portugal ainda busca respostas para o resultado das eleições parlamentares

Fernanda Otero

Um estudo promovido pelo Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR) sobre as eleições para o Parlamento Europeu, que acontecerão em junho revela que a representatividade de grupos de extrema direita pode ser ainda maior do que o atual. Populistas eurocéticos deverão aumentar o número de cadeiras em pelo menos nove países do

bloco: Áustria, Bélgica, República Tcheca, França, Hungria, Itália, Holanda, Polônia e Eslováquia.

As projeções indicam que a extrema direita ficaria em segundo ou terceiro lugar na Bulgária, Estônia, Finlândia, Alemanha, Letônia, Portugal, Romênia, Espanha e Suécia. O pesquisador Simon Hix, um dos organizadores do estudo, argumenta que a direita radical deseja que as instituições europeias mantenham uma espécie de fortaleza na Europa, protegendo as fronteiras

contra a imigração ilegal para reduzir o número de refugiados.

A extrema-direita desempenhou um papel importante na definição da política europeia em 2023 e o relatório indica uma forte tendência de o Parlamento Europeu apoiar políticas de imigração muito restritivas e buscar pressionar a Comissão Europeia a reformar o quadro de política de asilo da União Europeia para limitar o compartilhamento de alocações de refugiados. A tentativa de o governo francês redu-

zir o acesso a benefícios sociais e endurecer as regras para estrangeiros foi citado como exemplo.

Um novo modelo para a lei anti-imigração chegou a ser aprovado em dezembro passado, mesmo sem o apoio de deputados da base governista. A "vitória ideológica" do projeto foi atribuída à líder do partido Reagrupamento Nacional, a radical Marine Le Pen, derrotada por Emmanuel Macron na eleição de 2022.

Em janeiro deste ano, o Conselho Constitucional da França, órgão que valida a constitucionalidade das leis, anulou 32 das 86 emendas da lei e censurou três emendas, parcial ou totalmente. Marine Le Pen anunciou que a votação de junho seria um referendo sobre a imigração e que o país não seria "submerso por imigrantes" ao lançar a campanha para o parlamento europeu no início do mês.

Em entrevista realizada em uma sala virtual do Space no X, antigo Twitter, o pesquisador destacou um outro tema sensível: o ceticismo em relação ao meio ambiente e as mudanças climáticas como uma questão relativamente nova.

Hix esclarece que, embora aceitem que as mudanças climáticas estão acontecendo, políticos desse perfil opõem-se às políticas para mitigar suas causas. Ele alertou que "isso já está acontecendo no atual parlamento" e será um dos temas dominantes na próxima composição.

Série "Isto é Europa"

O Parlamento promove uma série de diálogos entre parlamentares e chefes de governo dos países membros. A iniciativa foi batizada de "Isto é Europa" e na última quarta-feira, 13, o Primeiro-Ministro finlandês, Peteri Orpo, foi recebido pela casa. A

Finlândia é um dos cinco países do bloco europeu que compõem seus governos com partidos de extrema direita.

Em meio a elogios e cumprimentos, a parlamentar espanhola Iratxe García Pérez, líder dos Socialistas e Democratas (S&D), proferiu um discurso crítico. Ela apresentou uma lista de questionamentos sobre atos antidemocráticos e afirmou que "a verdadeira aliança em curso no país é a aliança com a extrema direita, a verdadeira ameaça à democracia e ao projeto europeu", e completou: "é por isso que o futuro da União Europeia está em jogo".

"Em tempos de incerteza e grande transformação, não basta simplesmente tentar resistir à onda reacionária. Precisamos seguir em frente", concluiu ela.

Legislativas em Portugal

Próximo de comemorar os 50 anos da Revolução dos Cravos, um símbolo mundial de liberdade e democracia, a semana pós-eleições legislativas em Portugal foi marcada por uma maratona de debates online e reportagens especiais. Analistas, especialistas e políticos tentaram explicar e entender a ascensão perturbadora do discurso da direita extremista com o crescimento do partido Chega, que saltou de 12 para 48 deputados.

Para Miguel Romão, professor da Faculdade de Direito de Lisboa, o programa do Chega "parece saído das ideias de um fisiocrata do final do século XVIII, revisado pela censura de um aluno do ensino primário do início do Estado Novo. É uma peça que merece ser lida". Nas propostas, encontram-se temas como defesa da pena de prisão perpétua, vigilância comunitária, prioridade à empresa familiar e combate à corrupção, sem esquecer da

gestão do estado como uma empresa.

Entre os eleitos do Chega está um brasileiro que declarou ter "valores" semelhantes aos do partido, como "defesa da família, da pátria e da propriedade privada", declaração digna de manifestantes que vestem verde e amarelo na Avenida Paulista.

Ainda é cedo para saber qual será a formação do governo, pois os votos dos portugueses emigrados só serão contados a partir de 18 de março. A contagem não mudaria o resultado, mas alteraria o cenário para a formação do novo governo, já que os emigrantes elegem quatro deputados.

Legislando contra as redes de ódio

Como os grupos de extrema direita se organizam nas redes sociais, o Parlamento Europeu tem procurado criar mecanismos de proteção e combate aos discursos de ódio que contribuem para o seu sucesso.

Na quarta-feira, 13, foi aprovada a primeira lei do mundo que visa proteger os direitos fundamentais, a democracia, o estado de direito e a sustentabilidade ambiental contra a Inteligência Artificial de alto risco. A legislação estabelece obrigações para a IA com base em seus potenciais riscos e nível de impacto.

Desde janeiro, está em vigor uma lei que exige que os partidos políticos e os intermediários responsáveis pela criação de propaganda política garantam que ela esteja "claramente identificada". Deverá constar no anúncio o nome do prestador de serviços de publicidade, os motivos pelos quais o anúncio foi feito, quem está pagando, quanto é pago e a que eleições ou referendo está associado.



COMUNA DE PARIS: A UTOPIA EM AÇÃO

Além de primeiro governo operário do mundo, o movimento teve um cronista célebre: o contemporâneo Karl Marx

Isaias Dalle

Há 153 anos, em 18 de março de 1871, as camadas populares instauravam a Comuna de Paris, emocionante episódio de um movimento revolucionário com ingredientes em número e diversidade suficientes para torná-lo um dos mais espetaculares de todos os tempos.

Por pouco mais de dois meses, a Comuna de Paris representou o primeiro governo proletário do mundo. Os revolucionários tinham contra si, às portas da cidade, o poderoso exército da Prússia, que já havia derrotado e derrubado Napoleão III. Do lado de dentro, um gabinete de burocratas burgueses e de saudosistas do império representava seu inimigo doméstico, tramando contra eles a partir de Versalhes.

Mesmo assim, instalaram um regime de autonomia e controle totais pelas mãos da classe trabalhadora.

Heroica como poucas, a fugaz república sob domínio do proletariado realizou-se em quase plena sintonia com os sonhos revolucionários, e com fôlego utópico que apenas a morte seria capaz de sufocar. Não bastasse isso, a revolução ainda teve um contemporâneo e cronista céle-

bre: Karl Marx.

A partir de Londres, onde vivia e militava, Marx saudou a Comuna de Paris como uma proeza quase sobrenatural: “assalto aos céus”, escreveu ele em seu livro “A Guerra Civil em França” (disponível pela Boitempo Editorial). O texto foi produzido originalmente como a Terceira Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores Sobre a Guerra Franco-Prussiana.

O pensador compartilhava o mesmo instante em que seus sonhos, embalados por prognósticos que desenhou, aconteciam no plano do real. Pode-se imaginar sua emoção e também suas angústias posteriores, ao ver aquela experiência interrompida brutalmente.

Em setembro do ano anterior, Napoleão III, sobrinho de Bonaparte, e suas tropas foram derrotados em Sedan pelas forças prussianas. O imperador francês foi exilado. A região da Alsácia-Lorena, que continuaria alvo de disputas entre as duas nações até, pelo menos, a 2ª Grande Guerra Mundial, seria subtraída à França.

Em Paris, preparava-se a resistência. Inicialmente, diversos grupos se uniram para a tarefa. Com a queda do imperador, a França proclamou sua III República. No entanto, a formação da resistência e da nova forma de governo, cujos centros de poder se dividiam entre a capital e Versalhes, embutia algumas lideranças de classe média e aristocráticas que, no fundo, pretendiam apenas usar as camadas populares como linhas de frente contra o fogo inimigo.

Jules Favre, um dos representantes da classe dirigente francesa, revelaria em uma carta que, em sua opinião, os verdadeiros inimigos da França, e os mais perigosos, não eram os prussianos, e sim os proletários que er-

guiam barricadas em Paris. Marx não precisou conhecer esta carta para alertar os comunais do risco que vinha de Versalhes e criticar o modelo híbrido de comando. “A divisão de trabalho entre os membros desse governo parece desastrosa”, escreveu o alemão.

Disputas internas se seguiam, até que as camadas populares organizadas tomaram para si a Guarda Nacional, ou seja, a força armada à qual caberia a defesa da cidade, propriamente dita. Foi um passo decisivo para a instauração da Comuna de Paris, em 18 de março de 1871. Por 72 dias, até que fosse derrubada em conluio entre a burguesia francesa e as forças estrangeiras, o governo operário instituiu diversas medidas e leis que, a despeito da inspiração em ideais da já antiga Revolução Francesa, foram além.

Com a gestão sob comando de milhares de conselhos locais populares, o governo proletário estabeleceu avanços legais e práticos, alguns até hoje situados no horizonte utópico. Instauração do salário mínimo, criação de uma previdência social pública, igualdade entre homens e mulheres, a expansão do ensino público e gratuito, a revogabilidade dos mandatos públicos, salários de mandatários compatíveis com a média dos trabalhadores, assim como a manutenção de uma força militar popular, estavam entre as regras comunais. A Comuna estabeleceu também a desapropriação de fábricas e propriedades improdutivas e a abolição da pena de morte.

A historiografia tem valorizado a participação das mulheres na Comuna de Paris. Antes de sua instauração, as mulheres protagonizaram os debates e manifestações iniciados em 1870. No ano seguinte, fundaram a União das Mulheres pela Defesa de Paris e pelo Cuidados aos Feridos.

Naquele março de 1871, as

mulheres tiveram ação preponderante ao impedir que os burocratas de Versalhes tomassem o arsenal que estava sob guarda dos comunais, episódio decisivo para a explicitação das divergências e instauração da Comuna. Nos momentos finais do combate com as tropas estrangeiras e legalistas, um batalhão feminino esteve na linha de frente na defesa da cidade.

Os principais desafios que a Comuna precisaria e desejava superar, se vencida a batalha de Paris, eram as profundas desigualdades sociais e a exploração dos trabalhadores e, especialmente, das trabalhadoras, cujos ganhos eram reduzidos em relação aos homens e as jornadas de trabalho, extensas.

Os comunais acreditaram que a urgência da guerra e o papel patriótico que desempenhavam seria oportunidade de enfrentar, com organização e mobilização, a miséria e injustiças em seu país, que a guerra franco-prussiana só aprofundara.

Embora feita de sangue, a experiência da Comuna não tinha como princípio e motivação a guerra em si. Foi uma resposta a um quadro histórico. Marx, por sinal, condenou em seus escritos o aspecto imperialista do conflito franco-prussiano e a ideia de que as relações internacionais devessem se resolver com balas de canhão.

Em maio, o presidente francês, Adolphe Thiers, voltou as tropas oficiais contra os cidadãos comunais, em conjunto com as forças prussianas. Calcula-se que mais de 20 mil pessoas foram mortas e outras 15 mil presas. A Comuna de Paris, no entanto, acendeu em diversos corações do mundo a crença na possibilidade real de revolução. Anos depois, em outubro de 1917, a bravura popular russa faria o mesmo.



15 de março de 1994

QUANDO A JUSTIÇA VERGOU A TV GLOBO

Após mais de dois anos de peregrinação pelos tribunais, o então governador do Rio, Leonel Brizola, ganha na Justiça direito de resposta de três minutos no “Jornal Nacional”, da TV Globo, no qual havia sido duramente atacado e chamado de senil. A leitura do texto de Brizola por Cid Moreira no telejornal de maior audiência do país representou um momento singular de garantia dos direitos individuais contra o poder dos meios de comunicação privados e da TV Globo em particular.

Mais de dois anos antes, em 6 de fevereiro de 1992, o “Jornal Nacional” havia antecipado trechos do editorial “Para entender a fúria de Brizola”, que seria publicado no dia seguinte pelo jornal “O Globo”. O diário fazia duros ataques ao governador, que pedira ao prefeito da cidade, Marcello Alencar, que suspendesse a concessão de exclusividade à TV Globo para a transmissão dos desfiles do Carnaval carioca.

O texto do direito de resposta foi escrito em 1992, para ser apresentado previamente à Justiça, e não poderia conter “compensação de injúria”, ou seja, tudo que o que estivesse nele deveria ser verdade.

O apresentador leu constrangido o texto em que Brizola fez duras críticas à emissora e se defendeu

dos ataques feitos por ela. O jornalista Nelson de Sá escreveu na época, na “Folha de S.Paulo”, o seguinte comentário sobre o episódio: “Cid Moreira, a voz do dono, a voz do Grande Irmão, a voz que surgiu do AI-5, voltou-se contra si mesmo. Foi um daqueles momentos que servem como símbolos, como instantâneos da história. Cid Moreira falou, e falou, e falou contra Roberto Marinho. Foram três longos minutos, contra a Globo, no ‘Jornal Nacional’. O redator era Leonel Brizola, que ganhou direito de resposta ao ataque que havia recebido do mesmo ‘Jornal Nacional’, que o chamou de senil”.

Trechos da resposta de Leonel Brizola lida por Cid Moreira no “Jornal Nacional”:

· “Tudo na Globo é tendencioso e manipulado.”

· “Não reconheço na Globo autoridade em matéria de liberdade de imprensa, e basta para isso olhar a sua longa e cordial convivência com os regimes autoritários e com a ditadura que por 20 anos dominou o nosso país.”

· “Quando ela (a emissora) diz que denuncia os maus administradores deveria dizer, sim, que ataca e tenta desmoralizar os homens públicos que não se vergam diante de seu poder.”

17 de março de 1973

MISSA PARA VANNUCCHI VIRA ATO DE PROTESTO

É assassinado sob torturas no DOI-Codi, 48 horas depois de ter sido preso, Alexandre Vannucchi Leme, estudante de geologia na Universidade de São Paulo (USP) e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Oficialmente, a morte foi atribuída a atropelamento ao fugir da prisão. A falsa versão provocou indignação.

Em 30 de março, véspera do aniversário oficial do golpe, o arcebispo dom Paulo Evaristo Arns celebrou missa em intenção do estudante morto diante de 5 mil pessoas, que se manifestaram dentro da Catedral da Sé contra a tortura e pelas liberdades democráticas. Foi o primeiro grande ato público contra a ditadura depois do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Artistas famosos, dirigentes sindicais e políticos de oposição compareceram. Durante o culto, o compositor Sérgio Ricardo cantou “Calabouço”, de sua autoria, feita em homenagem ao estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado pela PM do Rio em 1968.

Cerca de dois meses depois, num show em homenagem a Vannucchi na Escola Politécnica da USP, o compositor Gilberto Gil cantou “Cálice”, dele e de Chico Buarque, canção proibida pela censura. Em 1976, os estudantes da USP criaram o DCE (Diretório Central dos Estudantes) Livre Alexandre Vannucchi Leme, resgatando a memória do colega assassinado pela ditadura.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



19 de março de 2009

STF CONFIRMA DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS A TERRAS

Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) confirma a homologação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol, situada no noroeste de Roraima, com superfície aproximada de 1,7 milhão de hectares e perímetro de mil quilômetros. A sentença encerra juridicamente a questão e beneficia diretamente 20 mil índios das etnias uapixana, ingaricó, macuxi, patamona e taurepangue.

O território era disputado desde os anos 1970 por índios e arroteiros. Em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, portaria do Ministério da Justiça demarcou as terras e assegurou a posse permanente aos indígenas. A homologação definitiva viria em abril de 2005, por meio de decreto assinado pelo presidente Lula.

Deputados e senadores de Roraima e o governador José de An-

chieta Júnior (PSDB), no entanto, recorreram à Justiça para derrubar a medida, mas foram derrotados no STF.

O período entre a homologação das terras, em 2005, e a decisão do STF, em 2009, foi marcado por diversos conflitos entre os índios e os agricultores locais, especialmente os arroteiros, exigindo a frequente intermediação do Judiciário, do Executivo federal, da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança e de organismos internacionais.

Após a sentença do STF, os arroteiros teriam prazo de 40 dias para se retirar das terras indígenas. A Polícia Federal concluiria o processo de remoção em junho de 2009.

A decisão sobre Raposa Serra do Sol se tornaria uma referência no respeito ao direito à terra dos povos indígenas e populações tradicionais.

20 de março de 2003

EUA INVADE O IRAQUE E DEFLAGRA GUERRA

Um ano e meio após os atentados de 11 de setembro, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ordena a invasão ao Iraque, como parte de sua campanha de "guerra ao terror". A Casa Branca alega que o ditador Saddam Hussein estaria armazenando armas de destruição em massa e financiando ações da Al-Qaeda – grupo responsável pelos ataques terroristas de 2001.

As justificativas do governo norte-americano se mostrariam não apenas frágeis, mas falsas: as tais armas de destruição em massa nunca foram encontradas, e não havia nem mesmo indício de que Hussein tivesse alguma ligação com a Al-Qaeda. Tais mentiras sustentaram uma ação militar que acabaria transformando o país árabe em palco do conflito mais violento do século 21. Além disso, a democracia prometida pelos Estados Unidos jamais seria instaurada.

Apesar da campanha mundial contra a guerra, a maior já vista, e da posição contrária do Conselho de Segurança da ONU, o conflito se arrastaria por mais de oito anos. Segundo estatísticas oficiais, até 2011 a guerra teria custado 170 mil vidas; relatórios independentes, no entanto, apontam para a morte de mais de 1 milhão de pessoas, como vítimas diretas ou indiretas da violência que tomou conta do Iraque. Cerca de 85% das mortes foram causadas pela guerra civil iniciada paralelamente à invasão estrangeira.

Em dezembro de 2003, Saddam Hussein foi encontrado num buraco, que usava como esconderijo. Em 2006, um tribunal iraquiano o condenou à forca. A transição entre governos mostrou-se um fiasco: a queda de Saddam deixaria um vácuo político e um estado de violência generalizada que se manteriam mesmo após a retirada das tropas, em 2011.

FRIEDRICH ENGELS

CONTRIBUIÇÕES
PARA A HISTÓRIA DO
CRISTIANISMO
PRIMITIVO

PREFÁCIO
FREI BETTO

expressão
POPULAR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Neste livro, Friedrich Engels apresenta questões sobre o modo de organização das primeiras sociedades cristãs e elementos presentes no ideário comunista. Engels observa que, assim como a classe operária é oprimida pela burguesia, os cristãos primitivos eram oprimidos e perseguidos pelo Império Romano. Religião dos pobres, servos e escravos, esses cristãos foram rotulados como inimigos da sociedade. Tratamento semelhante ao que se viu contra comunistas séculos depois. Ambos tratam de redenção, mas com uma diferença: o cristianismo promete a salvação na vida eterna após a morte e o comunismo convoca para a transformação da sociedade nessa vida, nesse mundo. Engels fala de movimentos cristãos organizados que trouxeram princípios socialistas. Cita a influência das ideias cristãs sobre os operários franceses nos levantes de 1830. Clássico de Friedrich Engels, publicado originalmente em 1895, o ensaio “Contribuições para a história do cristianismo primitivo”, foi lançado neste ano pela editora Expressão Popular e pela Fundação Perseu Abramo com prefácio de Frei Beto e apresentação de Alberto Cantalice, diretor de comunicação da FPA.